

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DESPESAS GERAIS (R\$ Milhões)			variação anual %			variação 4T17 vs. 3T17 %
	12M17	12M16		4T17	3T17	
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.091,5)	(8.803,5)	3,3	(2.366,6)	(2.319,3)	2,0
Outras Despesas Administrativas	(10.189,9)	(9.503,4)	7,2	(2.825,1)	(2.591,7)	9,0
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(19.281,4)	(18.306,9)	5,3	(5.191,8)	(4.911,0)	5,7

3) Resultado Não Operacional

Em 31 de dezembro de 2017, inclui despesa de R\$42 milhões referentes a alienação da BW Guirapá I S.A. (conforme item 3.2). R\$272 milhões de provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada e em 31 de dezembro de 2016, inclui o valor de R\$450 milhões, referente a constituição do Fundo de Eficiência e Produtividade, que não se fez necessária em 2017.

4) Participações dos Acionistas Minoritários

O incremento foi decorrente, principalmente, do crescimento do resultado das controladas Banco RCI, Olé, Getnet e entidades que também possuem a participação minoritária de parceiros externos do Grupo Santander.

5) Despesa com Amortização do Ágio

A variação foi decorrente da amortização do ágio de aquisição do Banco Real, concluída em outubro de 2017.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$ Milhões)	dez/17	dez/16	variação anual %	set/17	variação set/17 vs. dez/17 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	672.560,6	688.673,4	-2,2	664.984,2	1,2
Permanente	11.171,6	13.031,1	-14,2	11.784,2	-5,2
TOTAL DO ATIVO	683.732,2	701.704,5	-2,5	676.768,5	1,1
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	621.824,2	640.842,7	-2,9	611.636,8	1,8
Resultados de Exercícios Futuros	511,4	564,6	-9,4	505,5	1,2
Participação dos Acionistas Minoritários	1.896,7	2.525,7	-25,1	2.267,6	-16,6
Patrimônio Líquido	59.500,0	57.771,5	3,0	62.358,6	-4,6
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	683.732,2	701.704,5	-2,5	676.768,5	1,1

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$ Milhões)	dez/17	dez/16	variação anual %	set/17	variação set/17 vs. dez/17 %
Carteira de Crédito	272.562,2	256.882,9	6,1	262.964,7	3,6
Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽¹⁾	171.729,7	169.589,7	1,3	182.557,1	-5,9
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.760,7	59.669,2	-21,6	49.963,2	-6,4
Relações Interfinanceiras	82.503,8	62.900,2	31,2	68.276,8	20,8

⁽¹⁾ Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$9.579,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 (31/12/2016 - R\$9.388,4 milhões)

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	dez/17	dez/16 ⁽²⁾	variação anual %	set/17	variação set/17 vs. dez/17 %
Pessoa Física ⁽¹⁾	108.115,3	91.414,3	18,3	102.263,2	5,7
Financiamento ao Consumo	41.884,4	34.777,1	20,4	39.178,0	6,9
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	34.287,7	32.798,8	4,5	32.944,6	4,1
Grandes Empresas	88.274,9	97.892,8	-9,8	88.578,9	-0,3
Total Carteira de Crédito	272.562,3	256.883,0	6,1	262.964,7	3,6
Outras Operações com Riscos de Crédito	75.345,2	65.900,1	14,3	73.444,1	2,6
Total Carteira ampliada (bruta)	347.907,5	322.783,1	7,8	336.408,8	3,4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.462,0)	(18.332,7)	-4,7	(17.326,6)	0,8
Total Carteira de Crédito (líquida)	330.445,5	304.450,4	8,5	319.082,2	3,6

⁽¹⁾ Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$144.942 em 31 de dezembro de 2017 (31/12/2016 - R\$122.287).

⁽²⁾ A partir do primeiro trimestre de 2017, houve migração de parte dos saldos de carteira entre os segmentos Pequenas e Médias Empresas e Grandes Empresas, em função da alteração no faturamento de determinados clientes. Desta forma, foram reclassificadas as informações de 2016, para melhor comparabilidade.

Em 31 de dezembro de 2017, os principais destaques foram os segmentos "Pessoa Física", que apresentou crescimento em ambos períodos, sendo 18,3% em comparação a dezembro de 2016 e de 5,7% em setembro de 2017 e "Financiamento ao Consumo", também com crescimento em ambos períodos, sendo 20,4% em comparação a dezembro de 2016 e de 6,9% a setembro de 2017.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,2% do total da carteira de crédito em dezembro de 2017, 0,2 p.p. abaixo em relação a dezembro de 2016 (3,4%) e 0,3 p.p. acima quando comparado a setembro de 2017 (2,9%). Os indicadores seguem em patamares controlados e refletem a solidez da cultura e gestão de riscos.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,4% da carteira de crédito em dezembro de 2017, 7,1% em dezembro de 2016 e 6,6% em setembro de 2017.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi de R\$9.173,5 milhões e R\$10.404,8 milhões, respectivamente, apresentando uma queda de 11,8%. Essa melhora evidencia os indicadores de qualidade da carteira de crédito em patamares controlados.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$ Milhões)	dez/17	dez/16	variação anual %	set/17	variação set/17 vs. dez/17 %
Depósitos à vista	17.177,0	16.006,3	7,3	15.979,8	7,5
Depósitos de poupança	40.572,4	36.051,5	12,5	38.570,2	5,2
Depósitos a prazo	142.480,7	90.524,8	57,4	146.867,2	-3,0
Debêntures/LCI/LCA ⁽¹⁾	70.470,5	90.426,3	-22,1	68.730,9	2,5
Letras Financeiras/COE	36.918,5	65.393,3	-43,5	39.095,5	-5,6
Total das Captações	307.619,0	298.402,3	3,1	309.243,6	-0,5

⁽¹⁾ Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

O total de captações de recursos cresceu 3,1%, comparado a dezembro de 2016, com destaque para o crescimento de Depósitos a prazo, em razão da redução das captações com Letras Financeiras em decorrência da Resolução CMN 4.527/16 do Bacen, que restringiu a renovação de operações compromissadas com debêntures emitidas pela Santander Leasing, a partir de maio de 2017.

2.5) Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2017, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 3,0% em comparação a dezembro de 2016 e uma queda de 4,6% em comparação com setembro de 2017. A variação do Patrimônio Líquido entre dezembro de 2017 e dezembro de 2016 foi decorrente, principalmente, da variação negativa do plano de benefícios a funcionários no valor de R\$620,9 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$1.188,4 milhões e pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$7.996,6 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$3.800 milhões e Dividendos no montante de R\$2.500 milhões. Adicionalmente, a Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, no passivo, tendo como contrapartida o resultado do período, de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As provisões constituídas anteriormente tiveram seu efeito registrado no patrimônio líquido, tendo como contrapartida conta no passivo. A adoção desta norma no período findo em 31 de dezembro de 2017, impactou o patrimônio líquido (primeira adoção) em R\$179,3 milhões, líquido de efeito tributário.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 1 de novembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.717.204 Units, representativas de 38.717.204 ações ordinárias e 38.717.204 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2017, a aproximadamente 1,03% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2017, o Banco Santander possuía 373.269.828 ações ordinárias e 401.074.242 ações preferenciais em circulação. A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 6 de novembro de 2017, encerrando-se em 5 de novembro de 2018.

	dez/17 Quantidade Units	dez/16 Quantidade Units	dez/16 Quantidade ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	25.786	7.080	13.138
Cancelamento ^{(1) (2)}	(32.276)	13.138	(13.138)
Aquisições de Ações	12.768	14.284	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.505)	(8.716)	-
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	1.773	25.786	-
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 148.246	R\$ 513.889	R\$ -
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 194	R\$ 145	R\$ -
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 148.440	R\$ 514.034	RS -
Custo/Valor de Mercado	Units	Units	ADRs
Custo mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 24,41	R\$ 19,93	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 32,29	R\$ 26,81	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 27,64	R\$ 28,32	US\$ 8,58

⁽¹⁾ Em janeiro de 2016, ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para *UNIT'S*.

⁽²⁾ Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

No exercício de 2017, houve destaque de dividendos e juros sobre capital próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	12M17	9M17	12M16
Juros sobre o Capital Próprio	3.800,0	1.500,0	3.850,0
Dividendos Intermediários	0,0	0,0	700,0
Dividendos Intercalares	2.500,0	0,0	700,0
Total	6.300,0	1.500,0	5.250,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez/17	set/17	jun/17	dez/16
Índice de Basileia	15,83	16,18	16,50	16,30

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito ⁽¹⁾	Participação (%)
Santander Leasing S.A.					
Arrendamento Mercantil	38.791,5	5.825,6	479,4	1.888,4	99,99
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	38.423,7	1.546,1	582,7	32.238,1	100,00
Santander Brasil, Estabelecimento Financeiro de Crédito, S.A.	3.144,2	3.033,6	71,4	1.926,6	100,00
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado)	10.527,7	878,1	133,2	10.118,4	60,00
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	22.030,6	1.792,2	424,7	0,0	88,50
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.992,5	294,6	46,1	1.719,2	50,00
Banco RCI Brasil S.A.	9.065,9	1.080,3	186,2	7.597,2	39,89
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	910,2	565,1	7,0	0,0	100,00

⁽¹⁾ Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Serviços Formador de Mercado

Em 28 de dezembro de 2017, o Banco Santander comunicou a contratação da BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para prestação dos serviços de formador de mercado dos certificados de depósitos de ações (*Units*) de emissão do Banco Santander, negociados sob o código SANB11, no âmbito da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3 S.A.) (atual denominação social da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), em substituição à Brasil Rural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.. O novo Formador de Mercado iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2018.

3.2) Alienação da BW Guirapá

Em 22 de dezembro de 2017, a Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), a Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa S.A. (Ferbasa) e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato para venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (respectivamente, o Contrato e a BW Guirapá I S.A.) detidas pela Santander Corretora de Seguros e Brazil Wind S.A. para a Ferbasa (Operação). O preço base da totalidade de venda desta operação é de R\$414 milhões, sendo que poderá haver o pagamento de um valor adicional de até R\$35 milhões se forem atingidas metas futuras estipuladas no Contrato. Considerando a situação atual do contrato, este investimento foi baixado, consequentemente os ativos e passivos da BW Guirapá e controladas deixaram de ser consolidadas no Balanço do Conglomerado, e o resultado está registrado na demonstração dos resultados até a data base de 30 de novembro de 2017.

3.3) Mudança no Escopo de Consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, com aplicação prospectiva, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Diante disso, o Banco Santander deixou de consolidar as sociedades Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, Norchem Participações e Consultoria S.A., Estruturadora Brasileira de Projetos S.A., Webmotors S.A., PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. e TecBan - Tecnologia Bancária S.A. e controladas. A mudança não impactou significativamente as demonstrações financeiras consolidadas.

3.4) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 *Units* de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 *Units* para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00, resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de *Units* da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de *Units*, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.5) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.

3.6) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

No dia 20 de abril de 2017, o Banco Santander adquiriu do Grupo Wtorre ações correspondentes a 94,60% do capital social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida.

A participação neste investimento tem caráter provisório e se encontra registrado como ativos não-correntes mantidos para venda.

3.7) Adesão ao Programa, conforme MP 783/2017

Em outubro de 2017, o Banco também aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$293 milhões. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435 milhões. No resultado foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96 milhões. Em agosto de 2017, o Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários e previdenciários (conforme MP 783/2017). A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos de 1999 a 2005. Desta forma, foram registradas despesas no resultado contábil do terceiro trimestre de 2017, nas linhas de despesas administrativas, despesas operacionais e impostos, totalizando R\$334 milhões, após os efeitos tributários.

3.8) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Formação de Parceria com a HDI Seguros S.A. para Criação de Seguradora de Automóveis Totalmente Digital

Em 20 de dezembro de 2017, o Banco Santander celebrou documentos vinculantes com a HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), para a formação de uma parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Acordo para Aquisição Indireta de Participação Societária nas Sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a At

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

f) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

g) Outros Eventos Societários

Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, em sede de AGE da Webmotors S.A. a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A., de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que será sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.

Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory, com o objetivo de simplificar os procedimentos operacionais da sociedade, o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 para 13 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R\$11,22 por ação ordinária.

Em 31 de agosto de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

Em 17 de novembro de 2017, foi formalizada a aquisição, pelo Banco Santander, da participação detida pela Santusa Holding, S.L. (equivalente a 39,35%) no capital social da Santander Serviços. Assim, o Banco Santander passou a ser, diretamente, detentor de 99,99% das ações da Santander Serviços.

Em 30 de novembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Serviços pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.). Com a extinção da Santander Serviços, a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco tem certeza de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação do Banco está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Para isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal;
- Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento; e
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

Em 2017, o Banco alcançou resultados historicamente destacados, refletindo uma dinâmica de forte aceleração comercial, velocidade das inovações e serviços. Além disso, avançou no fortalecimento da cultura interna: é uma organização mais alinhada em aprimorar consistentemente a experiência dos clientes e a partir deles cresceu de forma sustentável e rentável. Como resultado dessas ações, continua ampliando a participação rentável de mercado.

Pessoas

Cultura é o alicerce do Santander! No ano de 2017, o Banco fortaleceu sua cultura e hoje é uma organização mais alinhada em aperfeiçoar consistentemente a experiência e o atendimento ao cliente.

GPTW (Great Place to Work): pelo segundo ano consecutivo o Banco recebeu o reconhecimento para compor o ranking de "Melhores empresas para se trabalhar" no país.

- A pesquisa global de engajamento atingiu 88% nesse ano.
- Foi realizado o maior evento corporativo do Banco no estádio Allianz Parque, com a adesão de mais de 40 mil funcionários (aprox. 85% do total).

Varejo

• Cartões: forte crescimento em faturamento de crédito pelo nono trimestre consecutivo, atingindo 15,1% de participação de mercado, aumento de 190bps em 12 meses. A comercialização dos cartões **AAVantage®** segue com alto índice de ativação e o Santander **Way** continua mantendo boa avaliação no mercado de aplicativos (4,8 estrelas na **Apple** e 4,6 estrelas no **Google Play**). Com foco contínuo em aperfeiçoar a oferta, nesse trimestre, foi lançado o **Santander Pass**, pulseira e **sticker**, com tecnologia NFC para pagamento por aproximação; iniciados testes de **identity check mobile**, em parceria com a Mastercard e a Dafiti, para autenticar pagamentos online por meio da biometria ou identificação facial; e o Banco iniciou a comercialização dos novos cartões de crédito **Santander/Smiles**.

• Consignado: forte crescimento da produção (+58% no acumulado de 12 meses), com evolução acima do mercado, o que tem contribuído para expandir a participação de mercado para 12,9% (+214bps em 12 meses). O consignado digital tem apoiado o crescimento dessa carteira. Essa inovação reforça a estratégia de proporcionar uma melhor experiência para os clientes.

- Investimentos: o Banco reforçou o conceito de assessoria financeira com atendimento mais próximo ao cliente, oferecendo uma solução adequada à necessidade de cada cliente. Além disso, inaugurou o **Santander One**, uma plataforma digital com foco em educação financeira e recomendação das melhores soluções de Investimentos, que já atingiu mais de 8 milhões de visualizações no trimestre.
- Imobiliário: nesse trimestre, o Banco intensificou sua atuação comercial junto aos clientes, com o objetivo de incentivar o produto. Além disso, manteve a oferta de Crédito Imobiliário com taxa a partir de um dígito. Todas essas ações permitiram aumentar a produção para clientes pessoa física (+88% em doze meses), superando ao mercado.

Getnet

• Forte crescimento do faturamento total no acumulado do ano (+31% em 12 meses), superior em 3 vezes o mercado⁽¹⁾, atingindo R\$ 142,1 bilhão. Esse aumento é explicado pelo faturamento de crédito (+29% em doze meses) e de débito (+36% em doze meses). A assertiva estratégia no segmento possibilitou alcançar 11,5%⁽²⁾ (+168bps em 12 meses) de participação de mercado. Ao longo do ano, foi implementado o modelo de **full acquisition** e lançado a opção de comprar ou alugar o POS, permitindo que o cliente escolha o serviço que mais se adequa a sua necessidade.

Em 2017, o Banco foi premiado com destaque dentre as empresas de aquisição da América Latina, ocupando o 2º lugar em transações pela web³ e o 4º lugar em transações totais⁴.

PMEs

• Agro: o Banco continua aprimorando o atendimento especializado para viabilizar soluções adequadas para os clientes desse segmento. Ao longo de 2017 expandiu sua presença e inaugurou 14 lojas vocacionadas em regiões estratégicas.

• Empresas: o Banco Santander aumentou a participação de mercado para 11,0%⁽⁵⁾ (+241bps em doze meses). Continua fortalecendo este segmento com ofertas diferenciadas, setORIZADAS e atendimento especializado, com objetivo de ampliar a carteira e expandir a vinculação.

O Banco foi reconhecido como o Melhor Banco do mundo para as PMEs pela *Euromoney*.

Black Week

• Alinhado com a estratégia digital, foi realizada a **Black Week** Santander, uma estratégia disruptiva no setor financeiro brasileiro, com ofertas específicas nos canais físicos e digitais. Com forte crescimento das vendas pelo **e-commerce**, a **Black Week** Santander contribuiu para o Banco alcançar recorde de produção. No ano, as vendas totais do **e-commerce** aumentaram 78% (em doze meses), impulsionadas principalmente por cartões de crédito (+1,9x em doze meses) e crédito pessoal (+2,1x em doze meses).

Fortalecimento dos negócios líderes

• Santander Financiamentos: o Banco Santander segue na liderança do financiamento de veículos, com participação de mercado de 23,0%⁽⁶⁾ (+310bps em 12 meses). A plataforma digital +Negócios segue apoiando a expansão do portfólio, com aumento de 60%, em doze meses, das simulações únicas de crédito de veículos, em comparação a dezembro de 2016. O + Vezes, plataforma digital voltada para o segmento de bens e serviços (CDC)⁽⁷⁾ já alcançou cerca de 175 mil simulações únicas por mês. Essa inovação posiciona o Banco para capturar as oportunidades do negócio.

• **Global Corporate Banking (GCB)**: aprimoramento do atendimento no segmento, com um modelo mais centrado no cliente, o que possibilitou o Banco ser reconhecido como líder: (i) No mercado de câmbio, liderando as operações, de acordo com o **Bacen**⁽⁸⁾; (ii) Reconhecido como líder em assessoria financeira para financiamentos de projetos no Brasil, pela **Dealogic**⁽⁹⁾ e **Anbima**⁽¹⁰⁾.

O Banco foi eleito o Melhor Tesouraria do Brasil⁽¹¹⁾ e está entre os melhores *Research* no Brasil e na América Latina⁽¹²⁾.

Mais parceria

HDI Seguros: nesse trimestre foi anunciada uma **joint venture**⁽¹³⁾ com a HDI Seguros para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis de forma 100% digital. A operação reforça a liderança no financiamento de veículos e estabelecerá novos patamares de serviços para o mercado de seguros, em que os clientes poderão contratar o produto de forma mais simples e rápida.

Vinculação dos clientes

O crescimento da base de clientes evidencia o foco contínuo na melhora da experiência dos clientes. Como resultado, a base de clientes correntistas ativos cresce 31 meses consecutivos.

Reconhecimentos

• Premiado pelo *The Banker*, como melhor Banco no Brasil, América Latina e Global e pela *Euromoney*, como melhor Banco no Brasil e na América Latina e transformação Latam.

⁽¹⁾ Fonte ABCECS, data-base de setembro de 2017.

⁽²⁾ Fonte Bacen, data-base de novembro de 2017.

⁽³⁾ Fonte Nilson Report, data-base de 2016.

⁽⁴⁾ Fonte Bacen, data-base de setembro de 2017.

⁽⁵⁾ Crédito direto ao consumidor.

⁽⁶⁾ Bacen, data-base de dezembro 2017.

⁽⁷⁾ Assessoria Financeira Américas. *Dealogic*. 9M17 e Assessoria Financeira - líder desde 2008, ANBIMA 2016.

⁽⁸⁾ Fonte *Euromoney*.

⁽⁹⁾ Fonte *Institutional Investor Magazine*.

⁽¹⁰⁾ A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's ⁽¹⁾ (perspectiva)	BB-	B	BB-	B	brAA-	brA-1+
Moody's ⁽²⁾ (perspectiva)	Ba1	NP	Ba3	NP	Aaa.br	Br-1

⁽¹⁾ Último relatório de Análise de Crédito: 11 de janeiro de 2018.

⁽²⁾ Último relatório de Análise de Crédito: 06 de dezembro de 2017.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 21 de novembro de 2017, a exoneração da Sra. Ana Paula Nader Alfaya de seu cargo de Diretora sem designação específica do Banco.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 01 de novembro de 2017, a eleição do Sr. Leopoldo Martinez Cruz, na qualidade de Diretor sem designação específica do Banco, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 01 de novembro de 2017, o novo programa de recompra de certificados de depósito de ações ("Units") ou de American Depositary Receipts ("ADRs") de emissão do Banco Santander ("Programa de Recompra"), nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de outubro de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 31 de agosto de 2017, em atendimento à Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017: (i) a indicação do Sr. Antonio Pardo de Santayana Montes como diretor responsável por gerenciamento de riscos (CRO) do Conglomerado Prudencial do Banco ("Conglomerado Santander"); (ii) a indicação do Sr. Angel Santodomingo Martell como diretor responsável por gerenciamento de capital do Conglomerado Santander; (iii) as alterações no Regimento Interno do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) as alterações no Regimento Interno do Conselho de Administração do Banco Santander; e (v) a nomeação dos membros do Comitê de Riscos e Compliance do Conglomerado Santander, com mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, quais sejam: Álvaro Antonio Cardoso de Souza, Bernardo Parnes, Conrado Engel, Deborah Stern Veitias, na qualidade de coordenadora, e José de Paiva Ferreira. Os diretores responsáveis por gerenciamento de riscos (CRO) e gerenciamento de capital indicados para as funções estabelecidas pela norma, já as exerciam anteriormente em atendimento às melhores práticas adotadas pelo Banco Santander.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de agosto de 2017, a exoneração do Sr. Flávio Tavares Valadão de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de agosto de 2017, a eleição do Sr. Mário Roberto Opice Leão, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 14 de agosto de 2017, a nomeação do Sr. Carlos Rey de Vicente na qualidade de membro do Comitê de Sustentabilidade do Banco, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 31 de julho de 2017, a exoneração do Sr. João Guilherme de Andrade So Consiglio de seu cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de julho de 2017, a exoneração do Sr. Mário Adolfo Libert Westphalen de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de julho de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 30 de junho de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 30 de maio de 2017, a versão final da Política de Sucessão da Administração, elaborada em consonância com a Resolução 4.538/16 do Bacen.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 9 de maio de 2017, a nomeação, em substituição à Sra. Maria Lucia Ettore do Valle, do Sr. Valdemir Moreira de Lima para a função de Ouvidor do Banco Santander, para mandato de 1 ano, com efeitos a partir da data da referida reunião.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2017: (i) a nomeação dos membros do Comitê de Auditoria do Banco, para um mandato de 1 ano, até a posse dos que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2018; (ii) a nomeação dos membros do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para mandato até 31 de agosto de 2017, data após a qual o Conselho reorganizará o Comitê de Riscos em cumprimento à Resolução CMN 4.557/17; e (iii) a nomeação dos membros dos Comitês de Sustentabilidade, de Nomeação e Governança e de Remuneração do Banco, para um mandato de 1 ano, até a posse dos que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2017, a eleição, para um novo mandato, até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, dos membros para compor a Diretoria Executiva do Banco Santander.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Artigo 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Banco		Consolidado		Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	378.400.031	451.755.119	411.052.577	451.815.929	Passivo Circulante	459.722.451	542.620.235	451.559.210	483.912.382
Disponibilidades	4 11.148.561	5.513.365	11.234.369	5.723.084	Depósitos	18.a 166.797.454	158.705.975	144.589.321	97.394.726
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 71.055.301	80.312.979	46.240.236	59.513.115	Depósitos à Vista	17.133.923	16.016.316	17.176.981	16.006.319
Aplicações no Mercado Aberto	34.414.303	47.405.162	34.484.321	47.479.196	Depósitos de Poupança	40.572.369	36.051.476	40.572.369	36.051.476
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.226.966	21.909.362	2.414.195	1.034.414	Depósitos Interfinanceiros	24.698.773	62.843.599	2.811.654	2.240.291
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.414.132	10.998.455	9.414.720	10.999.505	Depósitos a Prazo	84.392.389	43.794.584	48.018.316	43.096.551
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6 59.009.344	97.187.849	74.425.223	90.341.153	Outros Depósitos	-	-	10.001	89
Carteira Própria	21.749.034	40.300.328	29.592.305	40.293.749	Captações no Mercado Aberto	18.b 110.346.900	132.400.766	97.601.475	121.760.781
Vinculados a Compromissos de Recompra	28.459.543	45.744.640	21.716.051	29.724.515	Carteira Própria	103.622.592	114.772.683	96.878.750	113.137.300
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.059.567	11.087.166	16.213.994	17.307.264	Carteira de Terceiros	6.259.682	14.799.595	258.099	5.794.993
Vinculados ao Banco Central	8.803	12.379	71.234	12.378	Carteira de Livre Movimentação	464.626	2.828.488	464.626	2.828.488
Moedas de Privatização	727	927	727	927	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c 50.482.288	79.435.491	52.115.435	81.262.272
Vinculados à Prestação de Garantias	2.731.670	42.409	6.830.912	3.002.320	Recursos de Aceites Cambiais	48.167.503	70.650.037	49.160.815	71.923.007
Relações Interfinanceiras	7 69.209.753	62.355.313	82.230.408	62.732.413	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.272.494	7.673.171	1.272.494	7.673.171
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.577.308	1.179	19.200.600	1.179	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.042.291	1.112.283	1.042.291	1.112.283
Créditos Vinculados:	62.386.433	60.823.290	62.783.796	61.200.390	Certificados de Operações Estruturadas	-	-	-	-
Depósitos no Banco Central	62.384.107	60.821.548	62.781.470	61.198.648	Relações Interfinanceiras	7 60.378	43.995	264.390	43.995
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	2.326	1.742	2.326	1.742	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	-	191.727	-
Repasses Interfinanceiros	227.630	1.507.241	227.630	1.507.241	Repasses Interfinanceiros	-	-	12.285	-
Correspondentes	18.382	23.603	18.382	23.603	Correspondentes	60.378	43.995	60.378	43.995
Operações de Crédito	8 70.472.211	72.774.540	94.049.534	93.929.025	Relações Interdependências	4.274.512	3.886.513	4.274.512	3.886.513
Setor Público	11.926	3.024	11.926	3.024	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.273.771	3.886.121	4.273.771	3.886.121
Setor Privado	73.988.046	76.601.989	98.139.434	97.941.488	Transferências Internas de Recursos	741	392	741	436
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f (3.527.761)	(3.830.473)	(4.158.790)	(4.475.577)	Obrigações por Empréstimos	18.e 33.061.035	29.839.343	32.027.306	28.557.611
Operações de Arrendamento Mercantil	8 -	4 1.324.768	1.492.080	1.518.203	Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	77.087	41.667
Setor Privado	-	5	1.344.466	1.518.203	Empréstimos no Exterior	33.061.035	29.839.343	31.950.219	28.515.944
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f -	(1)	(19.698)	(26.123)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e 6.224.384	4.981.107	6.224.384	4.981.107
Outros Créditos	96.370.493	132.633.521	99.869.384	136.311.891	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	3.479.329	2.422.382	3.479.329	2.422.382
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	39.186	1.062	39.186	1.062	Caixa Econômica Federal (CEF)	6.332	4.023	6.332	4.023
Carteira de Câmbio	53.370.513	89.829.757	53.370.513	89.829.757	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	2.505.707	2.321.457	2.505.707	2.321.457
Rendas a Receber	2.238.371	1.459.653	1.731.330	747.168	Outras Instituições	235.716	233.245	235.716	233.245
Negociação e Intermediação de Valores	10 985.646	1.527.178	1.215.473	1.695.397	Instrumentos Financeiros Derivativos	6 5.797.638	8.442.552	15.943.399	14.585.133
Créditos Tributários	11 3.340.220	8.234.581	3.815.576	9.102.267	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.797.638	8.442.552	15.943.399	14.585.133
Diversos	12 36.821.967	31.949.644	40.171.446	35.349.654	Outras Obrigações	82.677.892	124.884.493	98.519.488	131.400.230
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f (425.410)	(368.354)	(474.140)	(413.414)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	139.321	136.701	168.067	165.173
Outros Valores e Bens	13 1.134.368	977.548	1.678.655	1.773.168	Carteira de Câmbio	9 48.664.949	84.631.442	48.664.949	84.631.442
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	130.713	-	130.713	-	Sociais e Estatutárias	4.951.781	4.591.369	5.019.442	4.707.285
Outros Valores e Bens	906.375	740.639	1.374.193	1.317.152	Fiscais e Previdenciárias	19 1.555.596	1.891.028	2.585.381	2.442.614
(Provisões para Desvalorizações)	(276.575)	(78.412)	(350.829)	(78.413)	Negociação e Intermediação de Valores	10 83.848	971.989	607.274	1.236.059
Despesas Antecipadas	373.855	315.321	524.578	534.429	Dívidas Subordinadas	20 519.230	-	519.230	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	278.811.570	274.424.155	261.508.030	236.857.511	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Diversas	21 114.104	114.104	114.104	114.104
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 21.840.772	14.812.506	520.440	156.126	Passivo Exigível a Longo Prazo	165.044.386	152.246.637	170.264.470	156.930.276
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.840.772	14.812.506	520.440	156.126	Depósitos	18.a 63.170.609	50.153.678	58.942.822	48.310.437
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6 125.931.316	126.433.127	97.304.451	79.248.514	Depósitos Interfinanceiros	3.014.560	2.253.495	480.468	882.147
Carteira Própria	32.371.252	28.560.600	29.610.935	19.747.415	Depósitos a Prazo	60.156.049	47.900.183	58.462.354	47.428.290
Vinculados a Compromissos de Recompra	76.572.326	80.468.239	49.322.185	40.450.482	Captações no Mercado Aberto	18.b 32.360.542	39.162.956	32.360.542	39.162.956
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.244.306	6.763.824	5.329.774	6.768.692	Carteira Própria	294.454	10.440.823	294.454	10.440.823
Vinculados ao Banco Central	2.223.899	3.032.518	2.296.355	3.032.518	Carteira de Livre Movimentação	32.066.088	28.722.133	32.066.088	28.722.133
Moedas de Privatização	1.278	1.846	1.278	1.846	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c 21.754.723	21.626.157	24.541.042	23.907.802
Vinculados à Prestação de Garantias	4.426.641	7.606.100	5.652.310	9.247.561	Recursos de Aceites Cambiais	-	-	537.344	536.444
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	5.091.614	-	5.091.614	-	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	20.086.361	21.453.818	22.335.336	23.199.019
Relações Interfinanceiras	7 273.430	167.818	273.430	167.818	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	720.387	49.031	720.387	49.031
Créditos Vinculados:	273.430	167.818	273.430	167.818	Certificados de Operações Estruturadas	947.975	123.308	947.975	123.308
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	273.430	167.818	273.430	167.818	Obrigações por Empréstimos	18.e 1.381.924	1.638.173	1.443.306	2.042.406
Operações de Crédito	8 86.203.176	84.068.998	111.247.107	101.366.048	Empréstimos no País - Outras Instituições	476.876	538.258	404.233	538.258
Setor Público	46.974	63.205	46.974	63.205	Empréstimos no Exterior	905.048	1.638.173	905.048	1.638.173
Setor Privado	97.425.089	96.120.967	123.159.231	114.148.328	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e 10.411.313	11.821.538	10.411.313	11.821.538
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f (11.435.869)	(12.279.576)	(12.208.053)	(13.009.887)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	5.981.081	7.000.580	5.981.081	7.000.580
Operações de Arrendamento Mercantil	8 1 2.100.133	1.332.698	1.332.698	1.363.828	Caixa Econômica Federal (CEF)	86.621	95.720	86.621	95.720
Setor Privado	1	2	1.252.872	1.363.828	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	4.339.195	4.719.077	4.339.195	4.719.077
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f (1)	-	(52.739)	(31.130)	Outras Instituições	4.416	6.161	4.416	6.161
Outros Créditos	44.068.296	48.306.300	50.334.627	53.750.238	Instrumentos Financeiros Derivativos	6 4.610.657	5.185.103	4.737.485	5.359.381
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	315.956	53.524	315.956	53.524	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.610.657	5.185.103	4.737.485	5.359.381
Carteira de Câmbio	6.748.712	2.316.371	6.748.712	2.316.371	Outras Obrigações	9 3.354.618	22.659.032	37.827.960	26.225.659
Rendas a Receber	19 19.552.697	15.548.383	22.344.067	17.664.421	Carteira de Câmbio	31 6.652.981	2.121.659	6.652.981	2.121.659
Créditos Tributários	12 17.705.459	30.476.712	21.250.798	33.879.141	Fiscais e Previdenciárias	19 1.848.736	983.070	2.284.919	1.260.300
Diversos	(478.176)	(302.052)	(548.554)	(376.581)	Negociação e Intermediação de Valores	10 -	1.386	-	1.386
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f (494.580)	635.404	627.842	836.069	Dívidas Subordinadas	20 -	466.246	-	466.246
Outros Valores e Bens	494.580	635.404	627.842	836.069	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Diversas	21 8.325.451	8.200.695	8.325.451	8.200.695
Investimentos Temporários	1.765	101.801	1.773	101.809	Resultados de Exercícios Futuros	22 14.527.450	10.885.976	20.564.609	14.275.470
(Provisões para Perdas)	(1.765)	(1.765)	(1.773)	(1.773)	353.214	365.087	511.386	564.609	
Despesas Antecipadas	494.580	535.368	627.842	736.033	Resultados de Exercícios Futuros	353.214	365.087	511.386	564.609
Permanente	27.402.426	26.807.262	11.171.605	13.031.097	Patrimônio Líquido	24 59.493.946	57.754.577	59.499.954	57.771.524
Investimentos	17.983.953	16.500.112	370.946	177.813	Capital Social	57.000.000	57.000.000	57.000.000	57.000.000
Participações em Coligadas e Controladas:	15 17.963.316	16.480.840	350.053	158.548	De Domiciliados no País	4.808.186	4.808.186	4.808.186	4.808.186

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial				(-) Ações em Tesouraria (423.953)	Total
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados		
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		57.000.000	433.473	1.838.374	914.370	(3.657.416)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	54.821.289
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(941.834)	-	-	(941.834)
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.031)	(90.031)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(11.574)	-	-	-	-	-	-	-	(11.574)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(33.130)	-	-	-	-	-	-	-	(33.130)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	3.520.603	210.511	-	-	-	3.731.114
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	24.b	-	-	-	(700.000)	-	-	-	-	-	(700.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	5.521.637	5.521.637
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	276.082	-	-	-	-	-	(276.082)	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(700.000)	(700.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.850.000)	(3.850.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	-	695.555	-	-	-	(695.555)	-
Outros		-	7.156	-	-	-	-	-	-	-	7.156
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	395.925	2.114.456	909.925	(136.813)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.754.577
Mutação do Exercício		-	(37.548)	276.082	(4.445)	3.520.603	210.511	(941.834)	-	(90.081)	2.933.288
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	395.925	2.114.456	909.925	(136.813)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.754.577
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(620.903)	-	-	(620.903)
Ações em Tesouraria	24.d	-	(257.602)	-	(486.815)	-	-	-	-	-	365.643
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(2.498)	-	-	-	-	-	-	-	(2.498)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	36.573	-	-	-	-	-	-	-	36.573
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.167.376	21.050	-	-	-	1.188.426
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	7.995.872	7.995.872
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	390.829	-	-	-	-	-	(390.829)	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	(2.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.800.000)	(3.800.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	-	1.125.765	-	-	-	(1.125.765)	-
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional (Nota 3.w e 22)		-	-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	(179.278)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		57.000.000	172.398	2.505.285	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.383)	-	(148.440)	59.493.946
Mutação do Exercício		-	(223.527)	390.829	638.950	1.167.376	21.050	(620.903)	-	(365.594)	1.739.369
Saldo em 30 de Junho de 2017		57.000.000	359.687	2.290.901	3.762.393	507.546	118.021	(2.525.376)	-	(677.069)	60.836.103
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(179.007)	-	-	(179.007)
Ações em Tesouraria	24.d	-	(257.602)	-	(486.815)	-	-	-	-	-	528.654
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(2.154)	-	-	-	-	-	-	-	(2.154)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	72.467	-	-	-	-	-	-	-	72.467
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	523.017	(28.373)	-	-	-	494.644
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(25)	-	(25)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	4.287.681	4.287.681
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	214.384	-	-	-	-	-	(214.384)	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	(2.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.300.000)	(3.300.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	(1.726.703)	-	-	-	-	1.726.703	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		57.000.000	172.398	2.505.285	1.548.875	1.030.563	89.648	(2.704.383)	-	(148.440)	59.493.946
Mutação do Semestre		-	(187.289)	214.384	(2.213.518)	523.017	(28.373)	(179.007)	-	(528.629)	(1.342.157)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial				Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria (423.953)	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido				
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		57.000.000	436.389	1.838.374	936.746	(3.684.924)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	54.819.073	1.956.130	56.775.203
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(941.834)	-	-	(941.834)	-	(941.834)
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.031)	(90.031)	-	(90.031)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(11.574)	-	-	-	-	-	-	-	(11.574)	-	(11.574)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(35.020)	-	-	-	-	-	-	-	(35.020)	-	(35.020)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	3.520.603	210.511	-	-	-	3.731.114	-	3.731.114
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(50)	-	(50)	-	(50)
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	24.b	-	-	-	(700.000)	-	-	-	-	-	(700.000)	-	(700.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	5.532.962	5.532.962	-	5.532.962
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	276.082	-	-	-	-	-	(276.082)	-	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(700.000)	-	-	(700.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.850.000)	-	-	(3.850.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	-	688.257	28.351	-	-	(706.880)	-	-	9.728
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	124.793	124.793
Outros		-	7.156	-	-	-	-	-	-	-	-	444.823	451.979
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	396.951	2.114.456	925.003	(135.970)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.771.524	1.956.130	60.297.270
Mutação do Exercício		-	(39.438)	276.082	(11.743)	3.548.954	210.511	(941.834)	-	(90.081)	2.952.451	-	3.655.916
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	396.951	2.114.456	925.003	(135.970)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.771.524	1.956.130	60.297.270
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(620.903)	-	-	(620.903)	-	(620.903)
Ações em Tesouraria	24.d	-	(257.602)	-	(486.815)	-	-	-	-	-	365.643	-	(378.774)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(2.498)	-	-	-	-	-	-	-	(2.498)	-	(2.498)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	37.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.765
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.167.376	21.050	-	-	-	1.188.426	-	1.188.426
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)	-	(49)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	7.996.577	7.996.577	-	7.996.577
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	390.830	-	-	-	-	-	(390.830)	-	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.500.000)	-	-	(2.500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.800.000)	-	-	(3.800.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	-	1.114.476	(843)	-	-	(1.126.469)	-	-	(12.836)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	393.534	393.534
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional (Nota 3.w e 22)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,022.588)	(1,022.588)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	(179.278)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		57.000.000	174.616	2.505.286	1.552.664	1.030.563	89.648	(2.704.383)	-	(148.440)	59.499.954	-	61.396.646
Mutação do Exercício		-	(222.335)	390.830	627.661	1.166.533	210.511	(620.903)	-	(365.594)	1.728.430	-	(629.054)
Saldo em 30 de Junho de 2017		57.000.000	361.250	2.290.902	3.761.207	528.601	118.021	(2.525.376)	-	(677.069)	60.857.536	-	63.402.045
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(179.007)	-	-	(179.007)	-	(179.007)
Ações em Tesouraria	24.d	-	(257.602)	-	(486.815)	-	-	-	-	-	528.654	-	(215.763)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(2.154)	-	-	-	-	-	-	-	(2.154)	-	(2.154)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	73.122	-	-	-	-	-	-	-	73.122	-	73.122
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	523.017	(28.373)	-	-	-	494.644	-	494.644
Reestruturação do													

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros. O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na reunião realizada em 29 de janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/i.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional**Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

A Resolução CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detinham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no ano de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

A Administração do Banco Santander apresenta em uma linha destacada os "Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos" e os respectivos impactos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Consequentemente, as correspondentes cifras da Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reclassificadas, com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil. A Administração considerou tais reclassificações como imateriais.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas**Venda com Compromisso de Recompra**

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreciação de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreciação de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento. Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origem de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado. O Banco está utilizando essa prerrogativa, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;

b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e

c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos foram aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar decorrente de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

L.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

L.2) Imobilizado de Uso

O custo do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

L.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de cessuogo cedido, correspondentes aos períodos dos riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência do risco.

• Provisão de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. Esta provisão é estimada com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence Previdência S.A. (Evidence) (Nota 15), relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cessuogo aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cessuogo recedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas. Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade.

Na PSL judicial, incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

O IBNR deve ser constituído para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. O termo "sinistro" abrange todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, são utilizados os procedimentos técnicos definidos na Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, aloáveis e não aloáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizados versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios ou às portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1), que estabelece fundamentalmente o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre o realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio líquido que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado e reavaliado o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18 d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes dos custos normais de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado		31/12/2017		31/12/2016	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	16.111.405	18.372.916	-	34.484.321	47.479.196	-
Posição Bancada	2.300.490	4.374.382	-	6.674.872	10.128.147	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	208.159	-	-	208.159	546.619	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	738.909	72.870	-	811.779	3.041.941	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.353.422	4.301.512	-	5.654.934	6.539.587	-
Posição Financiada	397.796	-	-	397.796	6.085.122	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	760	-	-	760	6.102	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	397.036	-	-	397.036	6.079.020	-
Posição Vendida	13.413.119	13.998.534	-	27.411.653	31.265.927	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.263.176	1.101.003	-	2.364.179	4.791.784	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.149.943	12.897.531	-	25.047.474	26.474.143	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.373.608	967.587	520.440	2.861.635	1.190.540	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.414.720	-	-	9.414.720	10.999.505	-
Total	26.899.733	19.340.503	520.440	46.760.676	59.669.241	-
Circulante	-	-	-	46.240.236	59.513.115	-
Longo Prazo	-	-	-	520.440	156.126	-

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	32.185.664	153.095	-	32.338.759	62.305.120	-
Títulos Públicos	31.527.948	161.352	-	31.689.300	58.056.201	-
Títulos Privados	657.716	(8.257)	-	649.459	4.248.919	-
Títulos Disponíveis para Venda	130.382.276	364.878	971.882	131.719.036	134.076.424	-
Títulos Públicos	79.487.956	364.434	1.427.932	81.280.322	50.965.594	-
Títulos Privados	50.894.320	444	(456.050)	50.438.714	83.110.830	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.578.992	-	-	9.578.992	9.388.442	-
Títulos Públicos	9.578.992	-	-	9.578.992	9.388.442	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	172.146.932	517.973	971.882	173.636.787	205.769.986	-
Derivativos (Ativo)	12.797.005	(1.464.531)	(28.601)	11.303.873	17.850.990	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	184.943.937	(946.558)	943.281	184.940.660	223.620.976	-
Circulante	-	-	-	59.009.344	97.187.849	-
Longo Prazo	-	-	-	125.931.316	126.433.127	-
Derivativos (Passivo)	(12.045.943)	1.637.733	(85)	(10.408.295)	(13.627.655)	-
Circulante	-	-	-	(5.797.638)	(8.442.552)	-
Longo Prazo	-	-	-	(4.610.657)	(5.185.103)	-

	Banco		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	37.697.135	250.975	-	37.948.110	62.739.022	-
Títulos Públicos	35.749.437	223.807	-	35.973.244	60.984.954	-
Títulos Privados	1.947.698	27.168	-	1.974.866	1.754.068	-
Títulos Disponíveis para Venda	101.293.880	364.878	1.000.046	102.658.804	73.386.247	-
Títulos Públicos	82.733.339	364.434	1.455.843	84.553.616	54.591.429	-
Títulos Privados	18.560.541	444	(455.797)	18.105.188	18.794.818	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.578.992	-	-	9.578.992	9.388.442	-
Títulos Públicos	9.578.992	-	-	9.578.992	9.388.442	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	148.570.007	615.853	1.000.046	150.185.906	145.513.711	-
Derivativos (Ativo)	15.532.036	5.905.954	105.778	21.543.768	24.075.956	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	164.102.043	6.521.807	1.105.824	171.729.674	169.589.667	-
Circulante	-	-	-	74.425.223	90.341.153	-
Longo Prazo	-	-	-	97.304.451	79.248.514	-
Derivativos (Passivo)	(13.699.361)	(6.738.384)	(243.139)	(20.680.884)	(19.944.514)	-
Circulante	-	-	-	(15.943.399)	(14.585.133)	-
Longo Prazo	-	-	-	(4.737.485)	(5.359.381)	-

	Banco		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	31.527.948	161.352	31.689.300	58.056.201	35.749.437	223.807
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.814.957	1.015	1.815.972	3.347.930	4.523.362	1.549
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.559.093	24.550	6.583.643	10.232.632	6.559.093	24.550
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	210.350	2.412	212.762	199.195	210.350	2.412
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	15.219.905	80.853	15.300.758	18.793.474	15.576.733	83.513
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.588	84	1.672	53.533	1.574.844	59.345
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	7.508.384	47.056	7.555.440	25.300.465	7.508.384	47.056
Títulos da Dívida Agrária - TDA	146.997	5.344	152.341	128.268	146.997	5.344
Títulos da Dívida Externa Brasileira	66.674	38	66.712	704	66.674	38
Títulos Privados	657.716	(8.257)	649.459	4.248.919	1.947.698	27.168
Ações	484	(235)	249	257	201.445	35.190
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (1)	-	-	-	1.996	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	-	21.313
Cotas de Fundos de Investimento	85.084	(813)	84.271	-	1.075.841	(813)
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	48.246	-
Debêntures (2)	397.258	(3.542)	393.716	4.068.289	447.276	(3.542)
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	104.814	(3.672)	101.142	30.280	104.814	(3.672)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	70.076	5	70.081	148.097	70.076	5
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	2.929
Total	32.185.664	153.095	32.338.759	62.305.120	37.697.135	250.975

	Banco		31/12/2017		31/12/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	-	1.023.026	5.243.572	7.651.549	17.771.153	31.689.300
Títulos Públicos	-	246.160	356.986	638.429	574.397	1.815.972
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	273.619	1.884.520	3.793.216	632.288	6.583.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	772	-	211.990	212.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	51.665	2.945.148	2.166.564	10.137.381	15.300.758
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	6	-	1.672	1.672
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	381.819	-	997.946	6.175.675	7.555.440
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	3.745	56.140	55.394	37.062	152.341
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	66.018	-	-	694	66.712
Títulos Privados	84.520	2.677	19.968	22.696	519.598	649.459
Ações	249	-	-	-	-	249
Cotas de Fundos de Investimento	84.271	-	-	-	-	84.271
Debêntures (2)	-	2.087	17.479	22.681	351.469	393.716
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	552	2.489	-	98.101	101.142
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	38	15	70.028	70.081
Total	84.520	1.025.703	5.263.540	7.674.245	18.290.751	32.338.759

	Banco		31/12/2017		31/12/2016	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos para Negociação	-	1.145.110	5.483.698	8.884.259	20.460.177	35.973.244
Títulos Públicos	-	321.626	597.112	1.862.605	1.743.568	4.524.911
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	273.619	1.884.520	3.793.216	632.288	6.583.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	772	-	211.990	212.762
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	51.665	2.945.148	2.175.098	10.481.270	15.660.246
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	6	-	1.177.630	1.217.189
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	395.553	-	997.946	6.175.675	7.555.440
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	3.745	56.140	55.394	37.062	152.341
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	66.018	-	-	694	66.712
Títulos Privados	1.341.956	70.365	20.251	22.696	519.598	1.974.866
Ações	236.635	-	-	-	-	236.635
Cotas de Fundos de Investimento	1.075.028	-	-	-	-	1.075.028
Cotas de Fundos Imobiliários	30.293	17.670	283	-	-	48.246
Debêntures (2)	-	52.105	17.479	22.681	351.469	443.734
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	552	2.489	-	98.101	101.142
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	38	15	70.028	70.081
Total	1.341.956	1.215.475	5.503.949	8.906.955	20.979.775	37.948.110

III) Títulos Disponíveis para Venda

	Banco		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	79.487.956	364.434	1.427.932	81.280.322	50.965.594	-
Títulos Públicos	79.487.956	364.434	1.427.932	81.280.322	50.965.594	-
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	672	-	212	884	792	-
Crédito Securitizado	1.799	-	206	2.005	2.774	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (1)	8.815.793	-	12.384	8.828.177	13.009.538	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN (7)	38.148.988	219.611	570.293	38.938.892	15.427.266	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.148.706	-	96.903	1.245.609	1.098.376	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.244.147	-	661.747	9.905.894	6.676.617	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN C (2)	623.512	-	24.188	647.700	1.457.303	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F (2) (8)	16.738.324	144.823	65.780	16.948.927	10.103.843	-
Títulos da Dívida Externa Espanhola	4.766.015	-	(3.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber	5.700.402	9.258.813	15.848.969	15.348.102
Prêmios de Opções a Exercer	489.458	883.474	553.218	935.520
Contratos a Termo e Outros	5.114.013	7.708.703	5.141.581	7.792.334
Total	11.303.873	17.850.990	21.543.768	24.075.956
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar	4.689.879	6.097.822	14.920.051	12.375.829
Prêmios de Opções Lançadas	342.766	728.507	385.183	767.053
Contratos a Termo e Outros	5.375.650	6.801.326	5.375.650	6.801.632
Total	10.408.295	13.627.655	20.680.884	19.944.514

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. As novas regras de Basileia III seguem um cronograma de *phase in*, possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking". O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco. Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2017.

Carteira Negociação	Descrição	Cenário		
		1	2	3
Fatores de Risco				
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(2.447)	(73.635)	(147.269)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(944)	(19.373)	(38.746)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.306)	(16.830)	(33.659)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(6.399)	(29.576)	(59.152)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(4.933)	(123.334)	(246.668)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.469)	(8.734)	(17.469)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(5.032)	(77.354)	(154.707)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.768)	(44.194)	(88.388)
Total (1)		(28.298)	(393.030)	(786.058)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"	Descrição	Cenário		
		1	2	3
Fatores de Risco				
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(57.909)	(1.100.271)	(2.145.529)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(17.245)	(327.661)	(638.940)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(34.794)	(661.094)	(1.289.132)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(7.123)	(135.334)	(263.901)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2.423)	(46.031)	(89.761)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(10.655)	(202.441)	(394.759)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.116)	(27.896)	(55.792)
Total (1)		(131.265)	(2.500.728)	(4.877.814)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras
O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva) (Nota 12).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas
a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	171.639.017	172.953.587	221.663.484	212.780.537
Empréstimos e Títulos Descontados (1)	90.001.769	90.658.938	101.161.949	98.581.263
Financiamentos (2)	35.104.254	36.631.187	73.829.604	68.075.722
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	11.675.791	8.958.221	11.675.791	8.958.221
Financiamentos Imobiliários	34.689.048	36.490.536	34.689.048	36.490.536
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	1.173	50.303	1.173	50.303
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	166.982	164.402	305.919	624.492
Operações de Arrendamento Mercantil	1	7	2.597.338	2.882.031
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1) (Nota 9)	5.070.912	5.101.851	5.070.912	5.101.851
Outros Créditos (2) (3)	40.147.992	33.344.087	43.309.959	36.133.837
Total	216.857.922	211.399.532	272.641.693	256.898.256
Circulante	112.042.662	108.886.706	139.930.480	133.425.588
Longo Prazo	104.815.260	102.512.826	132.711.213	123.472.668

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Inclui o valor de R\$281.679 (31/12/2016 - R\$81.697) no Banco e R\$744.089 (31/12/2016 - R\$405.479) no Consolidado de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$9.590.587 (31/12/2016 - R\$13.632.049) no Banco e R\$9.972.640 (31/12/2016 - R\$13.870.897) no Consolidado, de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Inclui o valor de R\$638.237 (31/12/2016 - R\$141.260) no Banco e no Consolidado de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$7.632.915 (31/12/2016 - R\$10.558.755) no Banco e R\$8.295.191 (31/12/2016 - R\$10.816.781) no Consolidado, de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) No Banco e no Consolidado, incluí o valor de R\$354.315 (31/12/2016 - R\$529.997) de contratos de crédito objetos de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros
De acordo com a Resolução CMN 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios
Durante o exercício de 2017, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$590.118 (2016 - R\$267.770) no Banco e no Consolidado e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios
A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$138.937 (31/12/2016 - R\$460.090).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$166.982 (31/12/2016 - R\$164.402).

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$125.478 (31/12/2016 - R\$159.745).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN 3.401/2006; e
- Contratos objeto de intervenção.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vencidas	7.589.001	7.054.119	8.706.106	8.084.332
A Vencer:				
Até 3 Meses	58.353.903	61.524.849	68.376.226	70.650.136
De 3 a 12 Meses	53.688.759	47.361.857	71.554.254	62.775.452
Acima de 12 Meses	97.226.259	95.458.707	124.005.107	115.388.336
Total	216.857.922	211.399.532	272.641.693	256.898.256

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1	7	3.088.690	3.455.534
Arrendamentos a Receber	1	4	2.059.052	2.339.735
Valores Residuais a Realizar (1)	-	3	1.029.638	1.115.799
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	(3)	(2.037.716)	(2.316.599)
Valores Residuais a Balancear	-	(3)	(1.029.638)	(1.115.799)
Imobilização de Arrendamento	66.611	68.451	6.699.397	7.390.260
Depreciações Acumuladas	(66.611)	(68.451)	(3.531.301)	(3.949.169)
Superveniências de Depreciações	25.957	27.109	1.321.640	1.517.892
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	222.865	247.375
Credores por Antecipação de Valor Residual	(25.957)	(27.103)	(2.138.695)	(2.349.857)
Outros Valores e Bens	-	-	2.096	2.394
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	1	7	2.597.338	2.882.031

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R\$491.352 (31/12/2016 - R\$573.503).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vencidas	1	2	9.716	27.105
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	5	1.441.341	1.625.438
De 1 a 5 Anos	-	-	1.633.057	1.794.786
Acima de 5 Anos	-	-	4.576	8.205
Total	1	7	3.088.690	3.455.534

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vencidas	1	2	8.538	24.117
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	5	1.344.466	1.518.203
De 1 a 5 Anos	-	-	1.242.339	1.335.895
Acima de 5 Anos	-	-	1.995	3.816
Total	1	7	2.597.338	2.882.031

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Setor Privado	216.799.022	211.333.303	272.582.793	256.832.027
Indústria	55.611.046	62.455.022	57.403.395	63.829.839
Comércio	27.137.523	26.864.271	31.050.058	30.357.498
Instituições Financeiras	1.152.604	1.111.393	1.156.855	1.116.062
Serviços e Outros (1)	32.461.007	33.607.965	35.492.891	36.071.493
Pessoas Físicas	97.946.270	84.422.338	144.942.407	122.286.564
Cartão de Crédito	24.420.815	20.676.801	24.420.815	20.676.801
Crédito Imobiliário	28.112.463	27.153.241	28.112.463	27.153.241
Crédito Consignado	15.497.855	11.632.735	25.616.252	18.987.060
Financiamento e Leasing de Veículos	1.835.375	1.859.677	36.227.482	30.194.853
Outros (2)	28.079.762	23.099.884	30.565.395	25.274.609
Agricultura	2.490.572	2.872.314	2.537.187	3.170.571
Setor Público	58.900	66.229	58.900	66.229
Governo Estadual	26.241	50.647	26.241	50.647
Governo Municipal	32.659	15.582	32.659	15.582
Total	216.857.922	211.399.532	272.641.693	256.898.256

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário à construtoras/incorporadoras (plano empresarial) serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Nível de Risco	% Provisão		Carteira de Créditos		
	Mínima	Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)
	Requerida				
AA	-	-	82.161.883	-	82.161.883
A	0,5%	80.068.069	80.068.069	400.340	297.689
B	1%	14.449.689	1.547.327	15.997.016	159.970
C	3%	9.306.222	2.139.320	11.445.542	333.178
D	10%	7.794.981	1.988.601	9.783.582	978.358
E	30%	2.429.455	1.656.825	4.086.280	1.225.884
F	50%	1.605.399	1.892.247	3.497.646	1.748.823
G	70%	798.126	907.666	1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.129.702	4.530.738	(4.434.288)	11.226.152
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	777.079	449.209	(443.012)	783.276
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.627.384	334.083	(580.681)	1.380.786
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	875.489	1.486.262	(1.301.140)	1.060.611
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	9.913.918	2.878.328	(9.073.009)	3.719.237
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	2.486.103	-	(1.940.984)	545.119
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	874.253	559.526	(549.236)	884.543
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	373.329	511.440	(521.569)	363.200
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.432.406	812.785	(66.364)	3.178.827
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.489.663	11.562.371	(18.910.283)	23.141.751
Contribuição Social - MP 2.158/2001	641.213	-	-	641.213
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	31.130.876	11.562.371	(18.910.283)	23.782.964
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	8.063.603	-	-	8.234.581
	23.067.813	-	-	15.548.383

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.321.090	(181)	4.751.512	11.800.832
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	868.273	3.846	408.200	1.140.653
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.266.355	14.152	362.370	2.306.576
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.124.992	9.201	597.005	1.614.898
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	3.745.880	-	858.318	2.326.627
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	569.194	-	31.628	369.813
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	886.535	2.605	476.998	1.364.252
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.434.482	8.368	59.680	3.292.385
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	25.603.284	38.151	8.131.127	24.650.640
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	508.045	-	603.625	973.104
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	26.766.688	38.151	8.734.752	26.159.643
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	9.102.267	-	-	3.815.576
	17.664.421	-	-	22.344.067

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.013.011	-	5.175.082	12.321.090
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	847.544	-	504.224	868.273
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.500.587	-	467.456	2.266.355
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	909.010	-	1.541.362	1.124.992
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	10.006.970	(1.547)	2.906.024	3.745.880
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	2.609.682	-	21.787	569.194
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	874.347	-	561.423	886.535
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	399.358	-	540.232	386.483
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.635.520	108.867	885.434	3.434.482
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	32.796.029	107.320	12.603.024	25.603.284
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	537.037	-	162.362	508.045
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante	33.988.425	107.320	12.765.386	26.766.688
Saldo dos Créditos Tributários Registrados Longo Prazo	8.786.456	-	-	9.102.267
	25.201.969	-	-	17.664.421

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
⁽²⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.
⁽³⁾ Composto principalmente por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.
 O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$171.228 (31/12/2016 - R\$1.084.230) e no Consolidado o valor de R\$172.108 (31/12/2016 - R\$1.085.272).
 O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Banco					Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	
2018	1.363.069	833.553	73.148	548.697	521.753	3.340.220
2019	2.476.053	1.501.350	72.475	-	-	4.049.878
2020	2.836.193	1.674.932	72.475	-	-	4.583.600
2021	2.516.779	1.513.104	29.368	-	-	4.059.251
2022	2.454.622	1.464.648	29.368	-	-	3.948.638
2023 a 2025	1.475.276	885.166	9.596	-	-	2.370.038
2026 a 2027	328.398	212.894	-	-	-	541.292
Total	13.450.390	8.085.647	286.430	548.697	521.753	22.892.917

Ano	Consolidado					Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	
2018	1.574.852	978.477	74.645	651.703	535.899	3.815.576
2019	2.772.868	1.685.415	73.972	92.914	-	4.625.169
2020	3.065.015	1.817.401	73.597	77.209	-	5.033.222
2021	2.820.823	1.689.518	30.489	58.987	-	4.599.817
2022	3.087.611	1.825.579	30.489	33.205	-	4.976.884
2023 a 2025	1.547.133	929.403	9.750	51.199	-	2.537.485
2026 a 2027	343.030	220.281	92	7.887	-	571.490
Total	15.211.332	9.146.274	293.034	973.104	535.899	26.159.643

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$18.489.387 (31/12/2016 - R\$20.525.234) no Banco e R\$21.113.682 (31/12/2016 - R\$23.117.101) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	20.412.186	16.757.154
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	18.938.486	16.305.283
Cédula de Produto Rural (CPR)	33.319	42.793
Outros	-	241.758
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.938.022	4.721.942
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.711.652	1.643.978
Outros	1.123.320	1.050.112
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	625.924	724.116
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	3.217.676	3.684.562
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 22 e 26.e) ^{(2) (3) (4)}	1.445.102	15.258.438
Pagamentos a Ressarcir	202.689	146.131
Adiantamentos Salariais/Outros	88.721	64.883
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	169.940	130.462
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	322.378	84.066
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	20.542	853.930
Outros	1.277.469	958.506
Total	54.527.426	62.426.356
Circulante	36.821.967	31.949.644
Longo Prazo	17.705.459	30.476.712

⁽¹⁾ Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de "Confirmiting" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
 O Banco Santander, inclui o valor de R\$1.431.004 (31/12/2016 - R\$15.246.008) a receber relacionado a Adquirência de sua controlada Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.).
 Em setembro de 2017, a Getnet S.A. implementou os procedimentos operacionais para realizar as liquidações financeiras junto a estabelecimentos comerciais (processo iniciado com a aprovação como Instituição de Pagamento pelo Bacen). Com esse procedimento, os ativos e passivos relacionados às operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável e que possibilite a ampliação da capacidade de captação.
 A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.
⁽²⁾ Valores reclassificados para a rubrica Relações Interfinanceiras - Pagamentos e Recebimentos a Liquidar - Transações de Pagamento, de forma prospectiva, conforme requerido pela Carta Circular Bacen 3.828, de 19 de junho de 2017 (Nota 7).

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 31 de dezembro de 2017, é composto pela aquisição ocorrida no dia 20 de abril de 2017 junto ao Grupo WTorre, de ações correspondentes a 94,60% do capital social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida. A participação neste investimento tem caráter provisório. O valor registrado é de R\$130.713 no Banco e Consolidado.

14. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:
Cayman
 A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.
Luxemburgo
 Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável e que possibilite a ampliação da capacidade de captação.
 A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.
Subsidiária:
 O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorável.
 As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman ⁽²⁾	Santander Brasil EFC ⁽²⁾
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	90.036.549	81.192.782
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	90.036.549	81.192.782
Disponibilidades	3.590.430	544.468
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.922.470	13.467.647
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	35.691.013	34.721.940
Operações de Crédito ⁽¹⁾	18.642.828	22.770.598
Carteira de Câmbio	15.461.077	8.466.560
Outros	1.728.731	1.221.567
Ativo Permanente	-	2
Passivo	90.036.549	81.192.782
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	49.732.979	44.495.525
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	10.272.902	5.026.564
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	1.911.963	7.434.693
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	19.975.625	21.081.194
Carteira de Câmbio	15.450.218	8.351.718
Outros	2.122.271	2.601.356
Resultados de Exercícios Futuros	21	107
Patrimônio Líquido	40.303.549	36.697.150
Resultado do Exercício	2.469.344	874.548

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.
⁽²⁾ Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.
⁽³⁾ A moeda funcional é o Real (Nota 3.b).

15. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(1) (15) (19) (20)}	Outras Atividades	4.687	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Securitizadora ⁽¹⁸⁾	Securitizadora	120.000	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual denominação Social da Webcasas S.A.) ^{(23) (24)}	Holding	24.500	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) ^{(11) (14)}	Instituição de Pagamento	90.724	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) ⁽²⁶⁾	Banco	261.949	-	-	60,00%
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil)	Leasing	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Controlada da Atual Securitizadora <					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

preferenciais Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.

(15) Os sócios deliberaram, em alteração contratual realizada em 19 de setembro de 2016, a mudança da denominação social da Bonsucesso Tecnologia Ltda. para Olé Tecnologia Ltda.

(14) Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R\$394,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.

(15) O investimento mantido pela Santander Corretora de Seguros na BW Guirapá I S.A. foi baixado contabilmente em dezembro de 2017 (Nota 37.e).

(16) Em 31 de agosto de 2017, a Santander Microcrédito foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) (Nota 37.e).

(17) Em 29 de setembro de 2017, a Santander Brasil Advisory foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) (Nota 37.e).

(18) Na AGE realizada em 11 de setembro de 2017, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$120.000, mediante a emissão de 120.000.000 (cento e vinte milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100,00 (cem reais) para R\$120.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander.

(19) Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito (Nota 37.e) apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.700.000 para R\$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 (cinquenta e um mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de junho de 2017.

(20) Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R\$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017 (Nota 37.e), sendo que o montante de R\$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.717.652 para R\$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017.

(21) Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028, mediante a emissão de 29.013.700 (vinte e nove milhões, treze mil e setecentas) novas ações, sendo 14.506.850 (quatorze milhões, quinhentas e seis mil, oitocentas e cinquenta) ações ordinárias, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferenciais Classe A, 5.802.740 (cinco milhões, oitocentas e duas mil, setecentas e quarenta) ações preferenciais Classe B e 2.901.370 (dois milhões, novecentas e uma mil e trezentas e setenta) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$9,83 por ação, correspondente ao valor patrimonial das ações. Ficou aprovado, o cronograma de integralização das novas ações emitidas apresentado pela administração da Gestora de Crédito. Assim, o aumento de capital foi integralmente subscrito neste ato pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada e parcialmente integralizado.

(22) Através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações realizado em 26 de outubro de 2017, a Santander Serviços vendeu a sua participação detida na Webcasas S.A. para o Banco Santander. A venda integral ocorreu pelo valor contábil.

(23) Investimento adquirido em outubro de 2017 (Nota 37.b).

(24) Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. e a alteração de seu objeto social para as novas atividades a serem desempenhadas.

(25) Em 17 de novembro de 2017, o Banco Santander adquiriu da Santaus Holding, S.L. a participação que a mesma detinha no capital social da Santander Serviços. Foi registrado o valor de R\$298.978 referente ao ágio (Nota 37.e).

(26) Em 30 de novembro de 2017, a Santander Serviços foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) (Nota 37.e).

(27) Em 2017, conforme alteração contratual, as sócias da PSA Corretora de Seguros, decidiram aumentar o capital social da sociedade em R\$401, de forma que o capital social passou de R\$500 para R\$901, mediante a emissão de 400.532 (quatrocentas mil e quinhentas e trinta e duas) novas quotas representativas do seu capital social, tendo cada quota o valor nominal de R\$1,00 (um real). As novas quotas emitidas foram subscritas e integralizadas na data da referida alteração contratual, em moeda corrente nacional, na proporção da participação de cada sócia equivalente a 50% do seu capital social cada uma, ou seja 200.266 (duzentas mil e duzentas e sessenta e seis) quotas.

(28) Na AGE de 19 de dezembro de 2017, foi aprovado, pela totalidade dos acionistas, o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$120.000, passando o capital social dos atuais R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 58.071.890 (cinquenta e oito milhões, setenta e um mil, oitocentas e noventa) novas ações ordinária nominativas, sem valor nominal. O processo de aumento do capital social foi submetido ao Bacen para aprovação em 3 de janeiro de 2018.

(29) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.

(30) Inclui o valor líquido da amortização de R\$19.481 (31/12/2016 - R\$25.735) referente a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré CFI, R\$78.825 (31/12/2016 - R\$90.094) referente ao ágio na aquisição das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super, R\$13.014 referente ao valor final de ajuste no preço na aquisição do Banco PSA, R\$27.163 referente ao ágio na aquisição de 70% da Ipanema Empreendimentos e Participações pela Atual Securitizadora, e em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$21.762 referente ao ágio registrado na BW Guirapá I S.A. relativo aquisição das Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Parques Edícios.

16. Imobilizado de Uso

	Banco			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.496.780	(675.292)	1.821.488	1.893.845
Terenos	660.006	-	660.006	668.141
Edificações	1.836.774	(675.292)	1.161.482	1.225.704
Outras Imobilizações de Uso	11.642.294	(7.659.156)	3.983.138	4.149.313
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.361.623	(1.818.354)	1.543.269	1.449.269
Sistemas de Processamento de Dados	3.340.707	(2.848.035)	492.672	748.818
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.782.302	(2.223.432)	1.558.870	1.624.277
Sistemas de Segurança e Comunicações	762.123	(509.471)	252.652	277.607
Outras	395.539	(259.864)	135.675	49.342
Total	14.139.074	(8.334.448)	5.804.626	6.043.158

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.597.407	(690.908)	1.906.499	2.187.136
Terenos	692.948	-	692.948	702.032
Edificações	1.904.459	(690.908)	1.213.551	1.485.104
Outras Imobilizações de Uso	12.801.568	(8.312.383)	4.489.185	5.363.607
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.465.234	(1.835.948)	1.629.286	2.168.242
Sistemas de Processamento de Dados	3.545.753	(2.930.731)	615.022	958.214
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.846.737	(2.266.547)	1.580.190	1.651.786
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.545.720	(1.017.014)	528.706	486.797
Outras	398.124	(262.143)	135.981	98.568
Total	15.398.975	(9.003.291)	6.395.684	7.550.743

17. Intangível

	Banco			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	26.419.016	(26.084.055)	334.961	1.368.177
Outros Ativos Intangíveis	8.964.796	(5.685.910)	3.278.886	2.895.815
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos (2)	6.093.074	(4.549.501)	1.543.573	1.633.443
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.550.242	(870.937)	1.679.305	1.197.278
Outros	321.480	(265.472)	56.008	65.094
Total	35.383.812	(31.769.965)	3.613.847	4.263.992

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	27.758.074	(26.827.953)	930.121	2.173.901
Outros Ativos Intangíveis	9.508.395	(6.033.541)	3.474.854	3.128.640
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicos (2)	6.555.992	(4.833.763)	1.722.229	1.840.289
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.550.242	(870.937)	1.679.305	1.197.278
Outros	402.161	(328.841)	73.320	91.073
Total	37.266.469	(32.861.494)	4.404.975	5.302.541

(1) A amortização do ágio de aquisição do Banco Real foi concluída em outubro de 2017.

(2) Em 2017, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 32).

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	17.133.923	-	-	-	17.133.923
Depósitos de Poupança	40.572.369	-	-	-	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros	-	15.680.564	9.018.209	3.014.560	27.713.333
Depósitos a Prazo (1) (2)	90.805	37.659.790	46.641.794	60.156.049	144.548.438
Outros	-	-	-	-	-
Total	57.797.097	53.340.354	55.660.003	63.170.609	229.968.063
Circulante	-	-	-	-	166.797.454
Longo Prazo	-	-	-	-	63.170.609

	Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	17.176.981	-	-	-	17.176.981
Depósitos de Poupança	40.572.369	-	-	-	40.572.369
Depósitos Interfinanceiros (1)	-	1.435.256	1.376.398	480.468	3.292.122
Depósitos a Prazo (1) (2)	90.805	37.255.918	46.671.593	58.462.354	142.480.670
Outros Depósitos	10.001	-	-	-	10.001
Total	57.850.156	38.691.174	48.047.991	58.942.822	203.532.143
Circulante	-	-	-	-	144.589.321
Longo Prazo	-	-	-	-	58.942.822

(1) Inclui o valor de R\$333.343 (31/12/2016 - R\$547.556) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, objetos de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existe a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

	Banco				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	83.184.340	20.438.252	294.454	103.917.046	125.213.506
Títulos Públicos	69.963.405	50.751	-	70.014.156	65.419.749
Títulos de Emissão Própria	6.681.033	20.328.395	284.365	27.293.793	54.457.505
Outros	6.539.902	59.106	10.089	6.609.097	5.336.252
Carteira de Terceiros	6.259.682	-	-	6.259.682	14.799.595
Carteira de Livre Movimentação	-	464.626	32.066.088	32.530.714	31.550.621
Total	89.444.022	20.902.878	32.360.542	142.707.442	171.563.722
Circulante	-	-	-	-	110.346.900
Longo Prazo	-	-	-	-	32.360.542

	Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	76.440.847	20.437.903	294.454	97.173.204	123.578.123
Títulos Públicos	63.219.912	50.751	-	63.270.663	64.116.094
Títulos de Emissão Própria	6.681.033	20.328.046	284.365	27.293.444	54.125.777
Outros	6.539.902	59.106	10.089	6.609.097	5.336.252
Carteira de Terceiros	258.099	-	-	258.099	5.794.993
Carteira de Livre Movimentação	-	464.626	32.066.088	32.530.714	31.550.621
Total	76.698.946	20.902.529	32.360.542	129.962.017	160.923.737
Circulante	-	-	-	-	97.601.475
Longo Prazo	-	-	-	-	32.360.542

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Banco				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	12.365.790	35.801.713	20.086.361	68.253.864	92.103.855
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	6.581.743	15.693.444	5.438.688	27.713.875	23.983.429
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (2)	2.639.185	5.253.648	961.220	8.854.053	6.980.844
Letras Financeiras - LF (3)	3.144.862	14.854.621	13.686.453	31.685.936	61.139.582
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	524.819	747.675	720.387	1.992.881	7.722.202
Eurobonds	524.819	747.675	720.387	1.992.881	7.722.202
Certificados de Operações Estruturadas	260.665	781.626	947.975	1.990.266	1.235.591
Total	13.151.274	37.331.014	21.754.723	72.237.011	101.061.648
Circulante	-	-	-	-	50.482.288
Longo Prazo	-	-	-	-	21.754.723

	Consolidado				
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
	Até				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

CDB Subordinado	Emissão		Valor de Emissão (em Milhões)		Taxa de Juros (a.a.)		Total	
	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	R\$268	CDI ⁽¹⁾	IPCA ⁽²⁾	109.572	367.868
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18					409.658	466.246
Total							519.230	466.246
Circulante							519.230	-
Longo Prazo							-	466.246

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
 (2) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, emissão indexada entre 100% e 112% do CDI.
 (3) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, emissão indexada ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão		Valor de Emissão (em Milhões)		Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾		Total	
	maio-14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	R\$3.000	7,375%	6,000%	4.189.108	4.127.184
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	janeiro-24					4.250.447	4.187.615
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14						8.439.555	8.314.799
Total							114.104	114.104
Circulante							8.325.451	8.200.695
Longo Prazo							-	-

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.
 (2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.
 (3) A taxa efetiva de juros, considerando o Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

22. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão Técnica para Operações de Previdência e de Capitalização	-	-	1.864.315	1.681.252
Obrigações com Cartões de Crédito (Nota 12)	20.037.937	24.446.860	30.552.706	24.651.578
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b) ⁽²⁾	4.279.109	4.522.224	6.999.881	7.080.310
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	5.481.162	4.653.511	5.994.219	5.014.004
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22.a)	312.373	-	312.373	-
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	3.899.753	2.696.848	3.923.458	2.710.626
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	20.974	22.588	20.974	22.588
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contraladores (Nota 23.i) ⁽²⁾	616.934	719.574	698.141	810.383
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Contraladores (Nota 23.i)	8.990	4.542	8.990	4.542
Provisão para Pagamentos a Efetuar	-	-	-	-
Despesas de Pessoal	1.650.756	1.432.366	1.781.180	1.564.155
Despesas Administrativas	308.372	301.877	487.992	422.133
Outros Pagamentos	58.396	35.135	143.100	159.652
Credores por Recursos a Liberar	956.444	482.091	956.444	482.091
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	522.365	460.432	522.365	460.432
Fornecedores	379.137	290.281	1.126.375	922.082
Outras ⁽¹⁾	2.643.811	3.365.507	6.013.137	6.433.165
Total	41.176.513	43.433.836	61.405.650	52.418.993
Circulante	26.649.063	32.547.860	40.841.041	38.143.523
Longo Prazo	14.527.450	10.885.976	20.564.609	14.275.470

(1) No Consolidado, inclui a obrigação referente à transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) registrado na Evdencia.
 (2) Conforme Carta Circular Bacen 3.782/2016, a rubrica provisões para riscos fiscais foi reclassificada de obrigação fiscal e previdenciária para outras obrigações - diversas.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com as *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	-	-	1.864.315	1.681.252
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.038.745	17.053	3.038.745	17.053
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.664.361	4.475	1.664.361	4.475
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	565.000	-	565.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.548.131	118.949	11.548.131	118.949
Outros Avais	844	4	844	4
Outras Fianças Bancárias	15.918.965	142.886	15.918.965	142.886
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.184.684	15.926	2.184.684	15.926
Total	35.260.084	312.373	35.260.084	312.373

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco	Consolidado
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial ⁽¹⁾ - Adoção Inicial - Resolução CMN 4.512	325.957	325.957
Constituição (Nota 31)	184.300	184.300
Reversão ⁽²⁾ (Nota 31)	(197.884)	(197.884)
Saldo Final	312.373	312.373

(1) O valor líquido de efeito tributário corresponde a R\$179.278.
 (2) Corresponde a fiança honrada, mudança de rating e provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.g).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	4.279.109	4.522.224	6.999.881	7.080.310
	5.481.162	4.653.511	5.994.219	5.014.004
Ações Trabalhistas	3.240.115	2.988.869	3.457.092	3.146.383
Ações Cíveis	2.241.047	1.664.642	2.537.127	1.867.621
Total	9.760.271	9.175.735	12.994.100	12.094.314

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2017	
	Fiscais ⁽²⁾	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
Saldo Inicial	4.522.224	2.988.869	1.664.642	4.475.644
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(215.721)	1.146.067	855.173	(140.897)
Atualização Monetária	240.854	591.824	187.175	361.752
Baixas por Pagamento	(281.554)	(1.237.299)	(448.966)	(172.776)
Outros	13.306	(249.346)	(16.977)	(1.499)
Saldo Final	4.279.109	3.240.115	2.241.047	4.522.224
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.031.291	505.485	480.187	1.155.001
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	19.694	15.100	9.369	13.584
Total dos Depósitos em Garantia⁽²⁾	1.050.985	520.585	489.556	1.168.585

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2017	
	Fiscais ⁽²⁾	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
Saldo Inicial	7.080.310	3.146.383	1.867.621	6.973.763
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(194.829)	1.221.742	1.050.067	(255.470)
Atualização Monetária	398.111	619.427	215.088	550.272
Baixas por Pagamento	(284.415)	(1.278.427)	(572.722)	(190.093)
Mudança no Escopo de Consolidação/Aquisição/Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 15)	(12.832)	(1.262)	447	-
Outros	13.536	(250.771)	(23.374)	1.838
Saldo Final	6.999.881	3.457.092	2.537.127	7.080.310
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.446.197	532.815	501.451	2.511.454
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	20.936	15.100	9.369	14.439
Total dos Depósitos em Garantia⁽²⁾	2.467.133	547.915	510.820	2.525.893

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.
 (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

Em 2017, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005 (Nota 23.e).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
 As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Em outubro de 2017, o Banco também aderiu aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. As adesões aos programas incluíram o pagamento de processos administrativos e judiciais relacionados ao ISS, relacionados aos períodos de 2005 a 2016, no total de R\$292.353 no Banco e R\$292.562 no Consolidado. Como consequência, foram revertidas provisões no valor de R\$435.074 no Banco e R\$435.454 no Consolidado. Na Demonstração dos Resultados foi registrado uma reversão de provisões, líquida dos efeitos tributários, no total de R\$96.029 no Banco e R\$96.129 no Consolidado.

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.
 A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$191.897 com pagamento realizado em agosto de 2017 e R\$342.104 que será realizado até 31 de janeiro de 2018. Como consequência da adesão ao programa, foram registradas despesas no resultado do período no montante de R\$325.834 no Banco e R\$333.996 no Consolidado, após os efeitos tributários.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:
PIS e Cofins - R\$1.775.326 no Banco e R\$3.514.651 no Consolidado (31/12/2016 - R\$1.669.219 no Banco e R\$3.303.368 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ainda ocorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$366.002 no Banco e R\$1.009.281 no Consolidado (31/12/2016 - R\$345.202 no Banco e R\$948.968 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.
 O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:
Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$223.139 no Banco e R\$237.960 no Consolidado (31/12/2016 - R\$607.882 no Banco e R\$621.556 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$265.009 no Banco e R\$265.022 no Consolidado (31/12/2016 - R\$259.845 no Banco e R\$266.391 no Consolidado); o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$714.604 (31/12/2016 - R\$689.987) no Banco e Consolidado; em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 30 de julho de 2015, Banco e Produan Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$1.432 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.
 Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.
 A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda provável, totalizaram R\$18.741 milhões, sendo os principais processos os seguintes:
Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2017, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$436 milhões.
INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco/Consolidado		
	Em Milhares de Ações		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ações em Tesouraria no Início do Exercício			
Cancelamento ^{(1) (2)}	25.786	7.080	13.138
Aquisições de Ações	(32.276)	13.138	(13.138)
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	12.768	14.284	-
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	(4.505)	(8.716)	-
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	1.773	25.786	-
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 148.246	R\$ 513.889	-
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 194	R\$ 145	-
	R\$ 148.404	R\$ 514.034	-
Custo/Valor de Mercado			
Custo Mínimo	Units	Units	ADRs
Custo Médio Ponderado	R\$ 7,55	R\$ 7,55	US\$ 4,37
Custo Máximo	R\$ 24,41	R\$ 19,93	US\$ 6,17
Valor de Mercado	R\$ 32,29	R\$ 26,81	US\$ 10,21
	R\$ 27,64	R\$ 28,32	US\$ 8,58

⁽¹⁾ Em janeiro de 2016, ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.
⁽²⁾ Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2017, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$2.498 (2016 - R\$11.574), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados
O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados de R\$6.008 (31/12/2016 - R\$16.947). Em 2017, foram registrados/resultados resultados no valor de R\$705 (2016 - R\$11.325). Em 2016, inclui valores referente à negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$514.532.

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15)	649.341	797.963	(111.897)	(47.621)
Santander Leasing (Nota 15)	395	441	(47)	(41)
Getnet S.A. (Nota 15)	206.105	168.863	(48.842)	(21.306)
Santander Brasil Advisory (Nota 15)	-	529	-	(34)
BW Guirapá I S.A. (Notas 15 e 37.e)	-	68.691	795	(6.223)
Olé Consignado (Nota 15)	322.431	270.425	(53.286)	(5.432)
Banco PSA (Nota 15)	147.295	138.057	(19.884)	(2.883)
Santander Serviços (Nota 15)	-	313.391	(88.089)	(96.667)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (Nota 2)	268.792	468.656	(43.876)	48.505
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	301.736	298.434	(28.563)	7.276
Outros	597	296	155	(367)
Total	1.896.692	2.525.746	(393.534)	(124.793)

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabeleceram o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.
Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%. Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.
Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.
O Índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência Nível I	56.386.001	66.264.021
Capital Principal	52.196.893	52.136.837
Capital Complementar (Nota 21)	4.189.108	4.127.184
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 21)	4.250.447	4.280.864
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	60.636.448	60.544.885
Risco de Crédito ⁽¹⁾	324.696.458	317.062.725
Risco de Mercado ⁽²⁾	25.857.109	24.188.620
Risco Operacional	32.579.126	30.086.072
Total de RWA ⁽³⁾	383.132.693	371.337.417
Índice de Basileia Nível I	14,72	15,15
Índice de Basileia Capital Principal	13,62	14,04
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,83	16,30

⁽¹⁾ As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

⁽²⁾ Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJur2), índices de preços (RWAJur3) e taxa de juros (RWAJur1/RWAJur4), do preço de mercadorias "commodities" (RWACom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

⁽³⁾ Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.
O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 28 de março de 2017 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2017, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2017.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração Fixa	85.163	91.115
Remuneração Variável	140.044	120.632
Outras	12.893	15.555
Total Benefícios de Curto Prazo	238.100	227.302
Remuneração Baseada em Ações	3.187	49.488
Total Benefícios de Longo Prazo	3.187	49.488
Total ⁽¹⁾	241.287	276.790

⁽¹⁾ Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.
Adicionalmente, em 2017, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$31.709 (2016 - R\$30.823).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:
I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;
III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%; e
IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações				
	31/12/2017				
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações (%)
Acionistas					
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232
Funcionários	3.551	0,1%	3.556	0,1%	7.107
Administradores (*)	4.016	0,1%	4.016	0,1%	8.032
Outros	366.063	9,6%	393.862	10,7%	759.925
Total em Circulação	3.812.850	99,8%	3.673.991	99,8%	7.486.841
Ações em Tesouraria	5.845	0,2%	5.845	0,2%	11.690
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531
"Free Float" ⁽²⁾	369.614	9,7%	397.418	10,8%	767.032

	Em Milhares de Ações				
	31/12/2016				
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações (%)
Acionistas					
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227
(GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.965	13,6%	519.268	14,0%	1.041.233
Funcionários	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624
Administradores (*)	3.914	0,1%	3.929	0,1%	7.843
Outros	174.238	4,5%	202.028	5,5%	376.266
Total em Circulação	3.825.185	99,4%	3.686.326	99,4%	7.511.511
Ações em Tesouraria	25.786	0,6%	25.786	0,6%	51.572
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083
"Free Float" ⁽²⁾	385.964	10,0%	413.769	11,1%	799.733

⁽¹⁾ Empresas do Grupo Santander Espanha.
⁽²⁾ Em 2017, composto por Funcionários e Outros.
^(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	01/01 a		01/01 a		01/01 a		01/01 a	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades								
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	519.543	-	400.205	-	519.543	-	400.205	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	1.348	-	1.034	-	1.348	-	1.034	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	2.733	-	1.261	-	2.733	-	1.261	-
Diversos	177	-	117	-	177	-	117	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	53.590.339	4.458.335	45.801.141	4.535.632	53.590.339	4.458.335	45.801.141	4.535.632
Aymoré CFI ⁽³⁾	33.802.456	3.204.613	27.473.607	3.588.665	33.802.456	3.204.613	27.473.607	3.588.665
Banco Santander Espanha ^{(2) (3)}	7.384.336	81.904	10.269.812	37.381	7.384.336	81.904	10.269.812	37.381
Banco PSA ⁽³⁾	1.112.049	104.697	832.849	40.355	1.112.049	104.697	832.849	40.355
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	1.189.751	87.381	589.376	114.909	1.189.751	87.381	589.376	114.909
Banco Bandepe ⁽³⁾	848.896	26.013	-	-	848.896	26.013	-	-
Olé Consignado ⁽³⁾	9.252.851	953.727	6.635.497	754.322	9.252.851	953.727	6.635.497	754.322
Títulos e Valores Mobiliários	31.379.028	4.933.037	67.744.952	10.492.182	31.379.028	4.933.037	67.744.952	10.492.182
Santander Leasing ⁽³⁾	(98.311)	(130.480)	(170.020)	(553.129)	(98.311)	(130.480)	(170.020)	(553.129)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido								
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	165.743	(79.480)	(155.095)	257.475	165.743	(79.480)	(155.095)	257.475
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(71.672)	23.843	(91.828)	38.274	(71.672)	23.843	(91.828)	38.274
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(196.333)	88.017	70.020	(74.877)	(196.333)	88.017	70.020	(74.877)
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(1.712)	(1.572)	-2.738	487.690	(1.712)	(1.572)	-2.738	487.690
Getnet S.A. ⁽³⁾	113.676	(114.309)	(109.760)	(282.845)	113.676	(114.309)	(109.760)	(282.845)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	-	517	-	-	-	517	-	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(109.013)	(47.496)	113.905	127.412	(109.013)	(47.496)	113.905	127.412
Relações Interfinanceiras	6.739.129	-	-	-	6.739.129	-	-	-
Getnet S.A. (Nota 12) ^{(3) (8)}	6.739.129	-	-	-	6.739.129	-	-	-
Operações de Crédito								
Cibrasec ^{(3) (10)}	-	538	-	1.443	-	538	-	1.443
Dividendos e Bonificações a Receber	526.305	581.20						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	-	(55.935)	-	(44.840)
Isban Brasil S.A. (4)	(20.893)	(2.145)	(22.232)	(3.500)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	(34.410)	(1.547)	(19.853)	(2.117)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (4)	(32.334)	(6.636)	(39.361)	(12.417)
Fundo de Investimento Santillana (4)	(1.543.752)	(95.753)	(757.874)	(88.467)
Santander Brasil Asset (4)	(16.766)	(1.263)	(12.079)	(1.760)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. (4)	(300.074)	(24.344)	(208.059)	(20.979)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (4)	(71.947)	(6.190)	(52.484)	(4.119)
Webmotors S.A. (6) (10)	(9.798)	(4.486)	-	-
Diversos	(4.186)	(259)	(2.499)	(343)
Operações Compromissadas	(168.944)	(16.458)	(153.647)	(31.097)
SAM Brasil Participações S.A. (4)	-	-	(3)	-
Fundo de Investimento Santillana (4)	(168.944)	(16.458)	(153.647)	(31.097)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(186.959)	-	(183.741)	-
Banco Santander Espanha (2)	(187.493)	-	(181.051)	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay) (4)	(1.466)	-	(2.158)	-
Banco Santander Rio S.A. (4)	-	-	(532)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(3.993.952)	(3.810.624)	-	-
Sterrebeek B.V. (2)	(2.108.086)	-	(2.003.291)	-
GES (2) (4)	(1.264.470)	-	(1.201.612)	-
SIH (4)	-	-	(15.419)	-
Banco Santander Espanha (2)	(620.264)	-	(589.227)	-
Banco Madesant (4)	-	(1.132)	-	(1.075)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(6.676)	(704.731)	(4.542)	(394.684)
Banco Santander Espanha (2)	(2.051)	(267.440)	(2.954)	(547)
Produban Serviços (4)	(905)	(44.847)	-	(19.729)
Isban Brasil S.A. (4)	-	(92.540)	(339)	(127.187)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	-	(215.800)	-	(191.095)
Engenharia (4)	-	(38.857)	-	(16.634)
Santander Brasil Asset (4)	(69)	(1.721)	(70)	(2.604)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. (4)	(2.936)	(42.603)	(1.179)	(35.882)
Diversos	(715)	(923)	-	(1.006)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.977.576)	(222.065)	(7.859.649)	(225.161)
Banco Santander Espanha (2)	(7.977.576)	-	(7.859.649)	-
Despesas com Doações	-	(21.273)	-	(20.528)
Santander Cultural	-	(3.513)	-	(2.737)
Fundação Sudameris	-	(15.050)	-	(13.400)
Fundação Santander	-	(1.837)	-	(3.452)
Instituto Escola Brasil	-	(873)	-	(939)
Outras Obrigações - Diversas	(31.157)	(764.897)	(30.684)	(468.936)
Banco Santander Espanha (2)	-	(6.907)	-	(3.256)
Isban Brasil S.A. (4)	-	(331.137)	-	(310.863)
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	-	(36.723)	-	(52.754)
Engenharia (4)	-	(38.171)	-	(37.571)
Produban Serviços (4)	-	(1.616)	-	(1.540)
Aquanima Brasil Ltda. (4)	-	(25.638)	-	(24.557)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	(27.325)	(18.488)	(30.684)	(18.680)
Santander Securities Services Brasil DTMV S.A. (4)	(3.826)	(29.600)	-	(18.926)
TecBan (6) (10)	-	(262.046)	-	-
Diversos	(6)	(14.571)	-	(789)

(1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2018 e juros de até 1,43% a.a. (31/12/2016 - com vencimento em 3 de janeiro de 2017 e juros de até 0,68% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(4) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), até 30 de setembro de 2017 controlada pela Santander Serviços a qual foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros em 30 de novembro de 2017 (Nota 15 e Nota 37.e).

(7) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

(8) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

(9) Na AGE de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Nota 15).

(10) A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15).

(11) Empresa incorporada em 31 de agosto de 2017 (Nota 15 e 37.e).

(12) Empresa incorporada em 29 de setembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).

(13) Empresa incorporada em 30 de novembro de 2017 (Nota 15 e 37.e).

(14) Na AGE realizada em 1 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Webcasas S.A. para Santander Holding Imobiliária S.A. (Nota 15).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banesprev (1)	Santander-previ	Bandeprev
Experiência do Plano	678.684	(793)	8.312
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.464.969)	(219)	(92.500)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	146	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(786.139)	(1.012)	(84.188)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	180.216	66	89.876
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	180.216	66	89.876
Mudança no Superávit Irrecuperável	(12.744)	947	(3.893)

	Consolidado		
	31/12/2017		
	Banesprev (1)	Santander-previ	Bandeprev
Experiência do Plano	678.684	(793)	8.312
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.464.969)	(219)	(92.500)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	146	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(786.139)	(1.012)	(84.188)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	180.216	66	89.876
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	180.216	66	89.876
Mudança no Superávit Irrecuperável	(12.744)	947	(3.893)

	Banesprev	Sanprev	Santander-previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(613.273)	(68.005)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.968.465)	(43.916)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.671)	8.660	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.595.409)	(103.261)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.325.813	68.863	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.325.813	68.863	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	104.096	56.912	(543)	(48.539)

	Consolidado			
	31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander-previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(613.273)	(68.005)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.968.465)	(43.916)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.671)	8.660	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.595.409)	(103.261)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.325.813	68.863	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.325.813	68.863	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	104.096	56.912	(543)	(48.539)

(1) Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 35.a.1)).

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2017	31/12/2016
Banesprev		
Plano I	11,26	11,47
Plano II	11,51	11,42
Plano III	9,03	8,44
Plano IV	13,86	16,34
Plano V	8,82	8,57
Pré-75	9,57	9,29
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,41/5,82/6,87	6,22/5,56/6,58
Sanprev (1)		
Plano I	6,46	6,29
Plano II	10,94	12,87
Plano III	9,46	9,12
Bandeprev		
Plano Básico	9,46	9,11
Plano Especial I	6,75	6,54
Plano Especial II	6,61	6,48
Santander-Previ		
Santander-Previ	7,20	6,59

(1) Em janeiro de 2017, o gerenciamento destes Planos foi transferido para a Banesprev (Nota 35.a.1)).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Hollandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clinica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermária, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidiz por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45,28% do valor do prêmio. Esse benefício é concedido pelo Banco aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Banco			
31/12/2017		31/12/2016	
Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
(4.176.476)	(701.551)	(3.557.640)	(555.160)
3.579.117	-	3.190.984	-
(597.359)	(701.551)	(366.656)	(555.160)
(597.359)	(701.551)	(366.656)	(555.160)
60.061	36.405	54.754	29.345
(597.359)	(701.551)	(366.656)	(555.160)
(44.658)	(58.591)	(59.703)	(56.367)
(603.994)	(213.839)	(340.049)	(89.635)
619.635	-	1.337.948	-

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

Sendo:

Déficit

Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)

Contribuições Efetuadas

Receitas (Despesas) Reconhecidas

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano

Banco			
31/12/2017		31/12/2016	
Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
(4.342.210)	(701.551)	(3.691.329)	(555.160)
3.721.146	-	3.310.895	-
(621.064)	(701.551)	(380.434)	(555.160)
(621.064)	(701.551)	(380.434)	(555.160)
61.803	36.405	55.907	29.345
(621.064)	(701.551)	(380.434)	(555.160)
(46.460)	(58.591)	(61.311)	(56.367)
(586.155)	(213.839)	(342.555)	(89.635)
651.582	-	1.384.439	-

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

Sendo:

Déficit

Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)

Contribuições Efetuadas

Receitas (Despesas) Reconhecidas

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Banco			
31/12/2017		31/12/2016	
Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
(211.610)	(75.069)	(1.115.634)	36.566
(318.642)	(49.136)	(440.340)	(81.233)
-	-	-	(379)
(530.252)	(124.205)	(1.555.974)	(45.046)
284.416	-	696.589	-
284.416	-	696.589	-
-	-	366.656	-

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

Sendo:

Déficit

Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)

Contribuições Efetuadas

Receitas (Despesas) Reconhecidas

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Banco			
31/12/2017		31/12/2016	
Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
(228.327)	(75.069)	(1.153.410)	36.566
(331.149)	(49.136)	(456.719)	(81.233)
-	-	-	(379)
(559.476)	(124.205)	(1.610.129)	(45.046)
333.504	-	718.628	-
333.504	-	718.628	-
-	-	380.434	-

Conciliação dos Ativos e Passivos

Valor Presente das Obrigações Atuariais

Valor Justo dos Ativos do Plano

Sendo:

Déficit

Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)

Contribuições Efetuadas

Receitas (Despesas) Reconhecidas

Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial

Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Banco/Consolidado			
31/12/2017		31/12/2016	
Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
4,6%	1,0%	94,7%	98,2%
0,4%	0,3%	0,4%	0,3%
0,4%	0,5%	0,4%	0,5%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial

Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte

Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo

Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários

Tábua Biométrica de Mortalidade Geral

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais

Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargo na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

Os planos de Incentivo de Longo Prazo SOP 2014, PSP 2013 e SOP 2013 foram encerrados no exercício de 2016. Em 2017, o único plano de compra de ações do Banco que permanece aberto para exercício é o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações Units (SOP 2013), conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013. Em 2017, foi constituído um novo plano para área do Private denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo Private Ultra High.

(i) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRA), comparação entre realização e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	SOP2013 (1)			
	% de Ações Passíveis de Exercício			
1°	100%	100%	100%	100%
2°	75%	75%	75%	75%
3°	50%	50%	50%	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRA).

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de Vesting	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A. (atual denominação social da BM&Fbovespa)) em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$28,47 (31/12/2016 - R\$19,94).

Em 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia (2016 - R\$15.710 no Banco e R\$15.789 no Consolidado), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e no mesmo período de 2017, não foram registradas despesas referente ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) (2016 - R\$9.506 no Banco e R\$9.798 no Consolidado).

Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
12.663.609					
(1.346.774)	12,84	2013	Executivos	30/06/16	30/06/18
(6.377.786)	12,84	2013	Executivos	30/06/16	30/06/18
220.606	12,84	2013	Executivos	30/06/16	30/06/18
(298.446)	17,92	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
(2.147.515)	17,92	2013	Executivos	13/08/13	30/06/16
(34.196)	14,31</				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Pública, permitindo a adoção de ações para mitigação de riscos. Considera riscos como: Tecnológicos e Operacionais, Reputacionais, Legais, Compliance, Sustentabilidade, entre outros.

Gestão Integrada de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A Resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (RAS - Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretores para gerenciamento de riscos e de capital. O Banco Santander realizou mapeamento das ações necessárias, visando a aderência à nova Resolução sem identificar impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação deste relatório. O Banco Santander possui uma área de Gestão Integrada de Riscos, para a identificação, monitoramento, controle e consolidação, assegurando o correto tratamento de todos os riscos (financeiros e não financeiros) aos quais está potencialmente exposto, garantindo o acompanhamento nos devidos fóruns internos de governança.

A gestão e controle dos riscos no Banco se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes.

- Gestão de riscos desde sua geração;
- Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência aqui mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente, a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Definição das Linhas de Defesa

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Em seu trabalho de última etapa de controle existente no Banco, a Auditoria Interna, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação às áreas de negócios;
 - Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
 - Decisões colegiadas e consenso sobre as operações de crédito.
- O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o comitê de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o VPE de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:
- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
 - Decidir sobre propostas de crédito;
 - Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
 - Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
 - Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
 - Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.
- O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é o responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:
- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
 - Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
 - Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e Auditoria Interna local; e
 - Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.
- Os temas relevantes de gestão de riscos ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de risco, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados ("carteirizados" com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados).

- Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: *Corporate* e *Global Corporate Banking* (GCB); e
- Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados (pequenas e médias empresas). Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também aqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e GCB, com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista de riscos e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

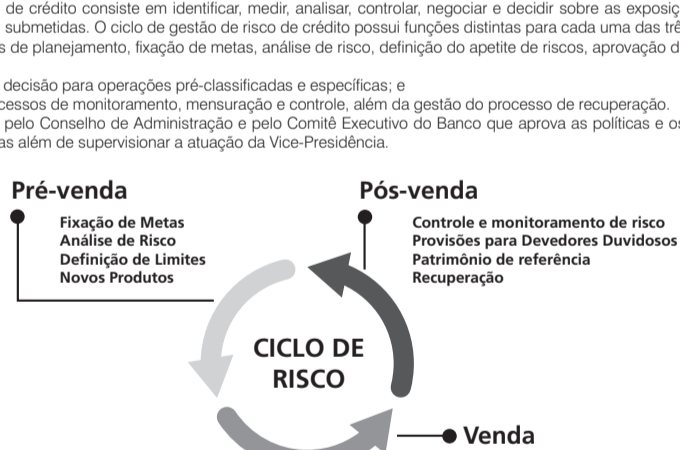
O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições as quais as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda:** inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;

- Venda:** trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e

- Pós-venda:** contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Executivo do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice-Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante à avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de Apetite ao Risco. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, segundo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se o modelo de limite operacional.

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Quando existe uma negação pela ferramenta automática, pode-se recorrer a análise individualizada pela equipe especializada de Riscos que avalia e pode aprovar os limites ou operações para o cliente, com base em informações judgmentais ou de mercado que o modelo automático não consegue capturar.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e demais entidades do Conglomerado.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com menor periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizados ou visitas do gerente comercial ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Álvoro Antônio Cardoso de Souza

VICE-PRESIDENTE
Sergio Agapito Lires Rial

CONSELHEIROS
Conrado Engel
José Antonio Alvarez Alvarez
José de Paiva Ferreira
José Maria Nus Badia

CONSELHEIROS INDEPENDENTES
Celso Clemente Giacometti
Deborah Patricia Wright
Deborah Stern Veitias
José Luciano Duarte Penido

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Sergio Agapito Lires Rial

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS SENIORES

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martell

DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Alexandre Silva D'Ambrósio
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Manoel Marcos Madureira

Mário Roberto Opice Leão
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

DIRETORES EXECUTIVOS

José Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Cassio Schmitt
Cassius Schymura
Edeilson Viani
Felipe Pires Guerra de Carvalho

Gilberto Duarte de Abreu Filho
Igor Mario Puga
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oilem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marcelo Malanga
Marcelo Zerbiniatti

Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Belo Noya
Ramón Sanchez Diez
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto de Oliveira Campos Neto
Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações financeiras consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

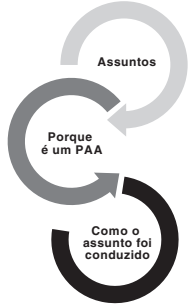
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas 31 e 8)</p> <p>A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes dos controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: Aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações negociadas; atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas.</p>
<p>Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito. Da mesma forma, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.</p>	<p>Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade e completude da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são consistentes com o ano anterior e razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>
<p>Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário (Notas Explicativas 3s, 3t e 11)</p> <p>O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo desses tributos, bem como de prejuízos fiscais, incluindo bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.</p> <p>A expectativa de realização desses créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração, incluindo utilização de premissas.</p> <p>Considerando a subjetividade inerente a esse processo, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes dos controles internos relevantes que envolvem a apuração desses créditos tributários, bem como das estimativas do valor recuperável desses créditos tributários, de acordo com as normas aplicáveis do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.</p> <p>Obtivemos entendimento quanto às premissas críticas incluídas nas projeções de resultados e efetuamos testes quanto a exatidão matemática dos valores projetados. Adicionalmente, confrontamos os resultados históricos projetados com os resultados realizados.</p> <p>Aplicamos testes para confirmar a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.</p> <p>Discutimos com a Administração e com o Comitê de Auditoria e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelos órgãos adequados da Administração.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil dos créditos tributários referidos acima, estão suportados e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>
<p>Provisões para passivos contingentes (Notas Explicativas 3q e 23)</p> <p>O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração do Banco o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nas circunstâncias, essa área se mantém como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes nos controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.</p> <p>Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.</p> <p>Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a completude das informações e o valor correto das provisões.</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas, atualizamos nosso entendimento quanto a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas estão consistentes com o ano anterior, e são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>
<p>Provisão para planos de benefício pós emprego (Notas Explicativas 3n e 35)</p> <p>O Banco tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, decorrentes de planos existentes em instituições adquiridas em exercícios anteriores, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade.</p> <p>Essa permanece como uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido. Adicionalmente, a determinação das premissas envolve um relevante grau de julgamento da Administração.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego. Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e adequação das bases de dados, à existência e valor correto dos ativos dos planos de benefício e os de aprovação das premissas consideradas nos cálculos atuariais.</p> <p>Atualizamos nosso entendimento das metodologias e os julgamentos utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado.</p> <p>Confirmamos a consistência das premissas mais relevantes adotadas nos cálculos atuariais com aquelas adotadas na última avaliação atuarial anual, bem como avaliamos a razoabilidade das alterações de premissas efetuadas pela administração.</p> <p>Também, em base amostral, realizamos testes de existência e de recálculo do valor justo dos ativos dos planos.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para planos de benefícios pós emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas Explicativas 3g, 3h e 6)</p> <p>A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros se mantém como área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e contratos de derivativos.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos.</p> <p>Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e destes modelos com as práticas utilizadas no mercado.</p> <p>Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração no mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>
<p>Ambiente de tecnologia da informação (Nota Explicativa 36)</p> <p>O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.</p> <p>Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.</p> <p>Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.</p> <p>Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável, para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriremos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 31 DE DEZEMBRO DE 2017

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2017, tendo apreciado o planejamento e o programa de trabalho da Auditoria Interna para 2018, além de verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como "A melhor" ou "Insatisfatório". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2017. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2017, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução Susep 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2017, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Santander, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas:

- Planos de Previdência;
 - Cabesp; e
 - Ofícios de Órgãos Reguladores e Inspeções em andamento;
- No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do mesmo e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são adequados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Conglomerado, para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2017, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 29 de janeiro de 2018

Comitê de Auditoria

Jose Luciano Duarte Penido - Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro
Eldice Palma Bifano
Julio Sergio de Souza Cardozo

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ris.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 02 de maio de 2017. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Os relatórios das atividades e as atas das reuniões do Comitê são regularmente enviadas ao Conselho de Administração, com o qual o Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2017.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado contabilizado do 2º semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, reunindo-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de Compliance e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (nova denominação do Canal de Denúncias) e pelas áreas de Segurança e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998 e 3.380/2006, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular Susep nº 249/2004.